



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXIII — Nº 138

SÁBADO, 21 DE OUTUBRO DE 1978

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

(*) *EMENDAS OFERECIDAS PERANTE A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, SOBRE O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 120, DE 1978—COMPLEMENTAR (Nº 183-B, DE 1978, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS), QUE "DISPÕE SOBRE A LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL".*

(*) Serão publicadas em Suplemento à presente edição.

SUMÁRIO

- | | |
|--|--|
| 1 — ATA DA 17ª REUNIÃO, EM 20 DE OUTUBRO DE 1978 | 2 — PRODASEN |
| 1.1 — ABERTURA | — Aviso referente à Concorrência nº 001/78 |
| 1.1.1 — Comunicação da Presidência | 3 — ATA DE COMISSÃO |
| — Inexistência de <i>quorum</i> para abertura da sessão. | 4 — MESA DIRETORA |
| 1.1.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão. | 5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS |
| Encerramento. | 6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES |

ATA DA 17ª REUNIÃO, EM 20 DE OUTUBRO DE 1978
4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura
PRESIDÊNCIA DO SR. RENATO FRANCO

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guiomard — Braga Junior — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Petrônio Portella — Wilson Gonçalves — Cunha Lima — Murilo Paraiso — Lourival Baptista — Ruy Santos — Gustavo Capanema — Franco Montoro — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Itálvio Coelho — Mendes Canale.

O SR. PRESIDENTE (Renato Franco) — A lista de presença acusa o comparecimento de 19 Srs. Senadores.

Entretanto, acham-se presentes, em plenário, apenas seis Srs. Senadores, não atingindo, portanto o *quorum* mínimo necessário

para a abertura da sessão, nos termos do art. 180, § 1º, do Regimento Interno.

Nestas condições, vou encerrar a presente reunião, designando para a sessão ordinária da próxima segunda-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 298, de 1978, do Senhor Senador Henrique de La Rocque, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo sob o título "Delenda Golbery", publicado no jornal *Última Hora*, de 9 de outubro de 1978.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 299, de 1978, do Senhor Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, do discurso proferido pelo Senhor Ministro João Paulo dos Reis Velloso, na Reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, bem como da Exposição de Motivos de Sua Excelência e dos Ministros de Estado da Fazenda e do Interior, aprovada, na oportunidade, pelo Senhor Presidente da República.

— 3 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 325, de 1978, do Senhor Senador Otto Lehmann, solicitando autorização do Senado, nos termos do art. 36, § 2º, da Constituição, para, na qualidade de Observador Parlamentar, integrar a Delegação Brasileira à Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, dependendo de Parecer da Comissão de Relações Exteriores.

— 4 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 1977 (nº 947-B, de 1975, na Casa de origem), que dispõe sobre inscrição obrigatória que deve constar do rótulo ou embalagem de produto estrangeiro com similar no Brasil, e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 28, de 1978, da Comissão
— de Economia, com voto vencido dos Senhores Senadores Luiz Cavalcante e Milton Cabral.

— 5 —

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 279, de 1978, que altera dispositivos da Lei de Organização Judiciária Militar (Decreto-lei nº 1.003, de 21 de outubro de 1969), e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 594, 595 e 596, de 1978, das Comissões:
— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
— de Serviço Público Civil, favorável; e
— de Finanças, favorável.

— 6 —

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 79, de 1978, do Senhor Senador Vas-

concelos Torres, que fixa condições para a admissão de novos servidores pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, tendo

PARECER, sob nº 263, de 1978, da Comissão:
— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, com voto vencido dos Senhores Senadores Dirceu Cardoso, Cunha Lima e Leite Chaves.

— 7 —

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 1978, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, que isenta da contribuição previdenciária os trabalhadores, empregados ou autônomos, que percebem renda mensal inferior a três salários mínimos, tendo

PARECER, sob nº 345, de 1978, da Comissão:
— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Renato Franco) — Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15 horas e 46 minutos.)

AVISO

CONCORRÊNCIA Nº 001/78

O Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal — PRODASEN, avisa aos interessados que fará realizar "concorrência" para construção do prédio de ampliação de sua sede e obras complementares.

O Edital, plantas e especificações poderão ser retirados na Coordenação de Apoio Administrativo, do PRODASEN, no Anexo "C", do Senado Federal, sito à Via N-2, Brasília (DF), a partir do dia 26 de outubro de 1978, no horário de 9:00 às 12:30 horas e das 14:00 às 18:30 horas, mediante o recolhimento da importância de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

A exigência básica para participação na Concorrência é que a Empresa interessada possua capital totalmente integralizado e realizado, na data da publicação deste Edital, igual ou superior a Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros).

A reunião de recebimento e abertura do envelope com a Documentação e de recebimento do envelope contendo a Proposta, será realizada no dia 27 de novembro de 1978, às 15:00 horas, na Sala de Reuniões do PRODASEN, no Anexo "C", do Senado Federal.

Brasília, 20 de outubro de 1978. — José Lucena Dantas, Diretor da Divisão Administrativa e Financeira do PRODASEN e Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

ATA DE COMISSÃO

COMISSÃO DE ECONOMIA

5ª REUNIÃO, REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 1978

Às dez horas do dia doze de abril de mil novecentos e setenta e oito, na Sala "Rui Barbosa", sob a presidência do Sr. Senador Marcos Freire, Presidente, reúne-se a Comissão de Economia, com a presença dos Srs. Senadores Milton Cabral, Roberto Saturnino, Agenor Maria, Otair Becker, Orestes Quércia, Murilo Paraíso, Franco Montoro e Dinarte Mariz, para assistir à exposição do Sr. Ariovisto Marcos de Almeida Rego, Presidente da Caixa Econômica Federal, sobre "a situação financeira da CEF e as razões que motivaram a interrupção das suas operações de financiamento".

Participam, também, da reunião, os Srs. Senadores Evelásio Vieira, Virgílio Távora, Nelson Carneiro, Helvídio Nunes, Itamar Franco, Gilvan Rocha, Leite Chaves, Evandro Carreira, Dirceu Cardoso, Wilson Gonçalves e Cunha Lima, e os Srs. Deputados Léo

Simões, José Alves, José Maurício, Fábio Fonseca, Carlos Cotta e José Carlos Teixeira.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Arnon de Mello, José Guimard, Luiz Cavalcante e Vasconcelos Torres.

Havendo número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos, e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

A seguir, o Sr. Ariovisto Marcos de Almeida Rego, que se encontra no recinto, é convidado para tomar lugar à Mesa, bem como os diretores que o acompanham, Srs. Léo Lynce de Araújo — Diretor de Habitação e Hipoteca; Gil Gouvêa Macieira — Diretor de Fundos e Programas; e, Rogério Luz Coelho — Diretor Financeiro.

Com a palavra, o Sr. Presidente comenta notícias publicadas pela imprensa, sobre fatos ligados às aplicações dos recursos da CEF, razão pela qual os seus dirigentes reduziram sensivelmente as suas operações de financiamentos.

Prosseguindo, o Sr. Presidente, Senador Marcos Freire, esclarece que o convite feito ao Sr. Ariovisto Marcos de Almeida Rego para prestar informações sobre o assunto aos Srs. Membros da Comissão de Economia do Senado Federal, decorre de acolhida dada a proposta formulada pelo Sr. Senador Roberto Saturnino, ocasião em que foram ouvidos, os representantes de ambos os partidos.

O Sr. Presidente manifesta a sua satisfação pela maneira atenciosa com que a direção da CEF atendeu ao seu convite e passa, em seguida, a palavra ao ilustre conferencista, para que dê início a sua palestra.

O Sr. Ariovisto Marcos de Almeida Rego saúda os presentes e começa a sua exposição com uma síntese histórica da Caixa Econômica Federal, durante a qual o eminente convidado aborda os seguintes aspectos da vida da entidade que dirige: 1) a fundação da CEF, em 1861; 2) os objetivos da sua fundação; 3) a missão didática da CEF; 4) o surgimento da idéia de poupança; 5) as transformações por que passou a CEF no Império e na República; 6) a criação das Loterias Federal e Esportiva, ambas confiadas à Caixa para administrar; 7) a criação do PIS, do PROGIRO e dos Centros Sociais Urbanos; e, 8) a atuação da Caixa como gestora e agente financeiro do FAS (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social).

Após discorrer sobre as diversas atividades a cargo da CEF, ao longo de sua existência, o Sr. Ariovisto Marcos de Almeida Rego declara que há 117 anos a instituição vive associada ao interesse público, portanto, não têm nenhuma procedência as acusações que lhe são atribuídas.

Sobre o assunto, o Sr. Ariovisto Marcos de Almeida Rego faz um relato dos fatos ocorridos naquela entidade, e esclarece a razão das mudanças verificadas nas diretrizes estabelecidas pela direção daquele Órgão. Trata-se de uma reformulação no seu orçamento, devidamente aprovado pelo Conselho Monetário Nacional, portanto, uma simples e prudente precaução para melhor disciplinar as suas atividades e, assim, prosseguir prestando os seus inestimáveis serviços ao público.

Ao encerrar a sua exposição, o Sr. Ariovisto Marcos de Almeida Rego coloca-se à disposição dos Senhores congressistas, juntamente com os diretores que trouxe, para prestar quaisquer informações que desejarem.

O Sr. Presidente passa à fase dos debates e concede a palavra, pela ordem de inscrição, aos Srs. Senadores Roberto Saturnino, Leite Chaves, Itamar Franco, Virgílio Távora, Murilo Paraiso, Gilvan Rocha, Dirceu Cardoso, Evelásio Vieira e ao Deputado José Maurício.

Durante os debates, o Sr. Ariovisto Marcos de Almeida Rego dá resposta imediata ao interpellante e ora o faz através dos diretores Léo Lynce de Araújo, Gil Gouvêa Macieira e Rogério Luz Coelho, de acordo com o assunto abordado pelos parlamentares, em suas indagações.

Encerrados os debates, o Sr. Presidente agradece ao Sr. Ariovisto Marcos de Almeida Rego, bem como os Srs. Léo Lynce de Araújo, Gil Gouvêa Macieira e Rogério Luz Coelho, pelos elucidantes esclarecimentos prestados à Comissão, que muito contribuirão para que os Senhores parlamentares possam avaliar a seriedade do assunto, que tantas controvérsias tem causado.

Aos Srs. Senadores, aos Srs. Deputados e aos representantes da Imprensa o Sr. Presidente formula os seus efusivos agradecimentos e determina que as notas taquigráficas da presente reunião, logo que forem traduzidas, sejam publicadas em anexo a esta Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Daniel Reis de Souza, Assistente da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ANEXO À ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ECONOMIA, REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 1978, NA SALA "RUI BARBOSA", DESTINADA A OUVIR A EXPOSIÇÃO DO SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO, PRESIDENTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, SOBRE "A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CEF E AS RAZÕES QUE MOTIVARAM A INTERUPÇÃO DAS SUAS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO", QUE SE PUBLICA DEVIDAMENTE AUTORIZADO PELO SR. PRESIDENTE.

Presidente: Senador Marcos Freire
Vice-Presidente: Senador Vasconcelos Torres

Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — Havendo número legal, declaro aberta a presente reunião. (Pausa.)

Convido o Sr. Ariovisto Marcos de Almeida Rego, Presidente da Caixa Econômica Federal, para tomar assento à Mesa.

Convido os Srs. Assessores do Sr. Presidente da Caixa Econômica para constituírem a Mesa Diretora dos trabalhos. (Pausa.)

Srs. Senadores, a Caixa Econômica Federal sempre foi considerada como uma das instituições básicas do sistema financeiro nacional e de inegável e relevante importância social. O seu campo de ação sempre se fez sentir nos vários Estados brasileiros, com grandes repercussões sobre o próprio desenvolvimento e o bem-estar nacionais.

Por isso mesmo, causou surpresa à opinião pública e em especial aos representantes dos Estados federados que integram o Senado Federal, as notícias, em fins de 1977, da suspensão, mais ou menos drástica dos seus financiamentos para a habitação e de seus empréstimos normais a pessoas físicas.

Mais adiante provocou alguns comentários, inclusive de natureza política, a desincompatibilização, e a saída da Presidência da Caixa, do Sr. Humberto Barreto. Em decorrência de ser candidato a deputado federal, S. Ex^o se antecipava ao prazo legalmente estabelecido para desincompatibilização.

Por outro lado, a Imprensa noticia que nos primeiros meses deste ano continuaram sendo concedidas vultosas verbas para outros empreendimentos, sobre cuja ordem de prioridade alguns levantam controvérsias, tendo em vista objetivos de interesse público.

O próprio Ministro da Fazenda admitiu a possibilidade da abertura de investigações ou sindicâncias, em virtude dos rumores existentes em relação a uma possível crise por que estaria atravessando a Caixa Econômica.

As hipóteses se sucederam: teriam ocorrido operações ruinsas e inadequadas? Seria a inviabilidade, a longo prazo, das atuais bases de sustentação do nosso sistema habitacional? Poder-se-ia detectar malversações de recursos da Carteira de Habitação e Hipotecas?

Enfim, perduram dúvidas se inexistem atualmente recursos financeiros para normalização das tradicionais linhas operacionais da Caixa Econômica Federal. Fala-se, inclusive, na possibilidade de levantamento de empréstimos externos, para reequilibrar a situação dessa Instituição.

Em uma palavra, os representantes dos Estados Federados que têm assento no Senado Federal julgaram-se no direito, e até no dever, de obter, através da palavra do atual Presidente da Caixa Econômica Federal, esclarecimentos sobre a existência, as causas e as soluções para a crise.

Neste sentido, o Senador Roberto Saturnino sugeriu que esta Comissão convidasse o Presidente da Caixa Econômica Federal para aqui comparecer.

Ouvindo os integrantes tanto do Partido do Governo como do Partido da Oposição, esta Presidência resolveu convidar os dirigentes da CEF. Fê-lo, não em termos de convocação, mas de convite, porque, se julgávamos que era um direito e um dever desta comissão inquirir a respeito os responsáveis pelo destino da Caixa Econômica Federal, julgávamos, igualmente, que era igualmente um direito que

se deveria reconhecer a eles de aqui virem para esclarecer a opinião pública e talvez desfazer versões, imprecisas, do que realmente vem ocorrendo naquele estabelecimento de crédito.

Para alegria nossa, o convite mereceu pronta resposta favorável. Atendia-se, assim, a pretensão desta Comissão, de, com a presença de senadores e deputados, ouvir os responsáveis pela Caixa Econômica Federal. Eis a íntegra do expediente recebido pela Comissão:

Brasília, 4 de abril de 1978

Exm^o Sr.

Senador Marcos Freire

DD. Presidente da Comissão de Economia do Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Senador

Acuso o recebimento do Ofício nº 01, de 29 de março findo, através do qual Vossa Excelência me transmite honroso convite da ilustre Comissão de sua digna presidência.

Declaro, valendo-me da deferência de haver Vossa Excelência a mim atribuído a escolha da data conveniente, que comparecerei perante a ilustrada Comissão no dia 12 do corrente, às 10 horas e meia, acompanhado dos Senhores Léu Lynce de Araújo, Diretor de Habitação e Hipoteca, Gil Gouvêa Macieira, Diretor de Fundos e Programas e Rogério Luz Coelho, Diretor Financeiro.

Aproveito a oportunidade, Senhor Presidente, para apresentar a Vossa Excelência protestos de elevada consideração. — **Ariovisto Marcos de Almeida Rego**, — Presidente.

É, com muita honra, pois que neste instante esta Presidência registra a presença dos ilustres dirigentes da Caixa Econômica Federal. Assinalamos a maneira atenciosa com que fomos atendidos, sobretudo a presteza com que se deu esse atendimento, — porquanto ressalte-se — a experiência tem mostrado que nem todos os responsáveis pela coisa pública no Brasil procedem como procedeu o Presidente da Caixa Econômica Federal. O ato de S. Ex^a é da maior importância, especialmente porque mostra que setores governamentais ainda existem que entendem o valor da ação dos políticos neste País.

Primeiramente S. Ex^a fará a exposição que julgar devida, e desde já fica uma lista de inscrição à disposição dos Srs. Parlamentares que posteriormente quiserem fazer suas indagações.

Com a palavra o Sr. Ariovisto Marcos de Almeida Rego, Presidente da Caixa Econômica Federal.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados e Senhores presentes, antes de ler o trabalho que escrevi, respondendo a críticas que foram formuladas contra a Caixa, saúdo V. Ex^{as}

As pessoas de minha geração, posto que nasci no ano de 1908, ainda estavam muito próximas do período imperial. Muito vivos estavam nas minhas lembranças de menino, os acontecimentos da Monarquia, pois meu pai participara da Proclamação da República e meu avô servira ao Império, inclusive na governança de uma província — o Ceará.

Portanto, é com orgulho e com honra insigne que aqui me encontro ante V. Ex^{as} que são os herdeiros das tradições do Império. Sabemos da influência que o Senado teve no Império, e de quanto o País ficou a dever à ação daqueles vultos notáveis, verdadeiros estadistas, estadistas de alto porte, que traçaram, realmente, a História do País e nos legaram uma tradição de grandiosidade, e, sobretudo de dignidade.

Aproveito a ocasião para fazer breve síntese da história da Caixa Econômica Federal.

A Caixa Econômica Federal foi fundada em 1861, portanto, há 117 anos. Fundou-a o Visconde de Itaboraí. Surgiu exatamente no momento em que o País sofria terrível inflação da moeda e do crédito.

Segundo esse ilustre Ministro do Império, a criação da Caixa era uma das medidas necessárias ao combate à inflação.

Aquela época, as pessoas abastadas, de recursos, não recolhiam seus dinheiros em bancos. Depositavam-no geralmente em mãos de comerciantes matriculados. Exatamente, com a inflação de moeda e do crédito ocorreram muitas falências, e, assim, muitas pessoas que mantinham seus depósitos nas mãos dos negociantes matriculados foram prejudicadas.

Por conseguinte, o objetivo da Caixa era proporcionar a captação de recursos e, afinal, proporcionar os meios seguros e garantidos às pessoas que quisessem recolher seus depósitos, bem como receber as sobras das economias domésticas.

Durante todo o tempo do Império, a partir da sua fundação, e, mais tarde, durante o largo período republicano, a Caixa Econômica Federal exerceu a missão de difundir a economia, portanto uma função didática, porquanto ensinou a economizar, contribuindo, desta forma, para que surgisse, primeiro, o hábito, e, por fim, a idéia da poupança, de tanta utilidade para o País.

Foram fundadas duas instituições — a Caixa Econômica Federal e o Monte do Socorro. Adotou-se o regime federativo, ou seja, uma instituição em cada Estado, autônoma, subordinada apenas à orientação do Ministério da Fazenda. Suas operações eram apenas de receber depósitos e aplicá-los no Monte do Socorro, para evitar a usura. A maior parte dos recursos captados pela Caixa que era recolhido ao Tesouro Nacional, que pagava à Caixa 0,5% a mais do que a Caixa pagava ao seu depositante. Com essa pequena margem a Caixa Econômica se mantinha. Assim foi até 1930, quando, com a revolução, a direção da Caixa foi entregue a Solano Carneiro da Cunha. Os reclamos dos seus principais funcionários puderam ser atendidos, tais como a implantação dos empréstimos sob consignação, hipotecas, títulos, e contas garantidas. Desta forma, a Caixa começou a prestar grandes serviços ao País.

Entre para a Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro aos 14 anos, como praticante de escriturário. Sou filho de funcionário da Caixa, pois meu pai foi ali contador-geral. Pude acompanhar a evolução de todos esses acontecimentos que realmente transformaram a Caixa numa instituição de porte nacional.

Logo depois de 1930, com esses recursos, pôde a Caixa praticar atos de alta benemerência, como também os mais relevantes serviços ao País, entre eles um número extraordinário de habitações construídas no Rio de Janeiro e empréstimos. Posso citar o empréstimo para a construção do Porto de Recife, obra toda financiada pela Caixa Econômica.

Fui Gerente da Sucursal — como então era chamada a agência da Caixa Econômica em Juiz de Fora. Em nome da Caixa, fui financiador de obras de grande importância, como a do abastecimento d'água, do Matadouro Modelo e o do Pálace Hotel. A primeira fábrica de pneumáticos foi criada com financiamento da Caixa.

Enfim, poderia citar inúmeros empreendimentos importantes que a CEF financiou.

Antes da unificação, a Caixa ficou encarregada da Loteria Federal. Isso ocorreu em 1961, e com extraordinário êxito. Só mais tarde, em 1970, é que foi criada a Loteria Esportiva, também confiada à Caixa Econômica Federal. Em 1964 veio a Revolução. Depois foi criado o BNH, com a implantação do Sistema Financeiro da Habitação. Surgiram, desse modo, as cadernetas de poupança, que não eram nada mais nada menos que as velhas cadernetas da Caixa Econômica, apenas corrigidas com a correção monetária. Eram aquelas mesmas cadernetas que a Caixa vinha emitindo desde o ano de 1861, em geral cadernetas que as crianças ganhavam dos pais e dos padrinhos, logo na infância, e que os presentes devem ter boas recordações.

A seguir veio a unificação em 1970. Com a unificação a Caixa expandiu. Surgiu o crédito direto ao consumidor e Fundos e Programas constituídos, pelo PIS, a princípio todo ele a cargo da Caixa, e, depois, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, ficando a Caixa apenas com a arrecadação. A Caixa atua como gestora e agente-financeiro do FAS. Temos ainda o PROGIRO e os Centros Sociais Urbanos.

Esta, apenas uma síntese do histórico da Caixa Econômica, instituição que mereceu da parte do nosso Presidente palavras tão encomiásticas, que muito me tocaram, pois, pelo fato de ter começado na Caixa Econômica tão cedo e de ser filho de funcionário, sinto-a como se fosse minha. E isso disse quando de minha posse — a Caixa Econômica, que era de meu pai, hoje é minha. Apenas não disse que é somente minha, porque a considero de todos.

Peço que me desculpem um pouco de veemência. Exatamente pelo fato de considerar a Caixa Econômica como minha é que quase recebo como ofensa pessoal determinadas expressões usadas contra ela.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, nos últimos dias, com surpresa e revolta dos vinte mil empregados que servem à Caixa Econômica Federal, e de quantos sentem e compreendem a utilidade e o valor moral da Instituição, tem sido ela alvo de ataques, que não se sabe bem se ordenados ou desordenados.

O que se vê é um escândalo montado em torno de uma veterana Instituição, que conta com 117 anos de existência, e que vive associada ao interesse público, Instituição de índole eminentemente social, estimada por quantos a ela têm recorrido nas mais variadas épocas, vivendo permanentemente na intimidade do povo, a que unicamente visa servir.

Que acusações afinal têm sido formuladas? Pode-se afirmar, sem vacilação, que nenhuma procedência existe em qualquer delas.

Articula-se, por exemplo, contra a Caixa erro ou falha na elaboração de seu orçamento, que teria sido impugnado, quando, na verdade, aprovação mereceu do Conselho Monetário na reunião de 30 de janeiro deste ano. A circunstância de se haver, em março, submetido o mesmo a uma reformulação, somente aos leigos pode causar surpresa. Na realidade, orçamento é feito com antecedência, e o da Caixa foi elaborado em setembro, expressando, como o orçamento de qualquer outra empresa, uma experiência e uma expectativa. A reformulação imposta por uma realidade imprevisível é um imperativo para que se não sonegue à administração a credibilidade de um roteiro.

Que outras críticas ou reclamações foram trazidas a público, numa atordoante publicidade, cujo objetivo terá sido o de denegrir, o de perturbar, o de retardar o desempenho de encargos úteis, todos enobrecidos pelos benefícios que proporcionam?

Falaram de cousas tão simples de explicar!

Um acontecimento, portanto, absolutamente imprevisível, qual a de substancial redução na captação de depósitos, nos dois primeiros meses do ano e em todo o Sistema Financeiro de Habitação, com a Caixa atingida em maior escala, em razão de deter metade dos recursos oriundos de poupança do Sistema, serviu a propósitos menos nobres, como elemento de escândalo público, a visar a respeitabilidade da Instituição.

Afinal, o que daí decorreu? Uma simples e prudente pausa, como em qualquer outra empresa respeitável e consciente, para a melhor disciplina de suas atividades, visando a uma recuperação rápida, no afã de prosseguir ao serviço do bem público.

Este, o ponto de partida para uma série de acusações, sem procedência, em torno de fatos facilmente explicáveis.

O anúncio de improbidades na Caixa, na preferência pseudamente concedida a empréstimos, foi uma ofensa gratuita aos milhares de funcionários honrados que servem à instituição; nenhuma denúncia idônea foi endereçada à Caixa a esse respeito, e a Administração mantém, espalhados pelo Brasil, uma centena de inspetores e visitarem filiais e agências, sem que qualquer deles houvesse tido conhecimento, por saber ou ouvir dizer, de qualquer irregularidade nesse sentido.

Não houve, em qualquer tempo, sindicância ou inquérito determinado pelo Ministro da Fazenda, como foi anunciado, para apurar tais fatos, sabidamente inexistentes, e que jamais foram objeto de denúncia de pessoas ou órgãos idôneos.

Outro assunto articulado a merecer contestação refere-se à compra de imóvel situado nas cercanias do Forte de Copacabana. Essa operação, realizada com o Exército Nacional, proporcionou ao Governo do Rio de Janeiro a oportunidade de dotar a Cidade Maravilhosa de um grande parque na Zona Sul, que, no futuro, estará povoado das crianças, ora confinadas em apartamentos, e que servirá, em seus tranquilos passeios, aos sonhos da adolescência e à meditação da velhice. Ademais, dita área foi trocada por outras, onde serão construídos prédios de habitação popular, a abrigar lares honrados de pessoas de renda média. Diga-se de passagem, quanto ao valor da transação, que o contrato firmado com o Exército Nacional, previu a operação em termos prudentes, com os créditos oriundos da operação a serem levantados a médio prazo, em parcelas trimestrais, destinadas à construção de um novo Hospital Militar e do futuro Colégio Militar de Brasília.

Quanto à celeuma em torno do placar eletrônico, é bom acentuar que a intenção da Caixa não foi oferecer coisa alguma ao Governo do Estado, mas sim conceder ao povo que frequenta o maior Estádio do mundo, e que é quem efetivamente, no Rio, mais contribui para a arrecadação da Loteria Esportiva, uma justa compensação, mas assegurando-se um contrato de dez anos, durante os quais dele fará uso para mensagens de utilidade pública.

A Caixa, é bom que se repita, utiliza parte dos seus lucros, como uma forma de restituição, em contribuições para fins culturais, altruísticos ou cívicos. Assim considerou a doação do placar ao público frequentador do Maracanã, com o custo de Cr\$ 13.937.000,00, e não o que maldosamente foi anunciado, dando ao povo o que comprou com dinheiro que dele próprio recebeu.

Outro assunto trazido a público refere-se à compra do controle acionário da DATAMEC. Na realidade, não despendeu a Caixa até agora qualquer importância para essa operação. A Caixa tinha uma tríplice condição na referida empresa, da qual já participava com substancial parcela de seu capital, contribuía com 40% de seu faturamento e nela dispunha de créditos acumulados. A tomada de posição, sem nenhuma contribuição nova, ensinará a recuperação plena da empresa, em espaço de tempo que se estima em dois anos, e que servirá para preservar uma organização de elevado valor técnico e garantir não só os créditos da Caixa, como também o pleno funcionamento da Loteria Esportiva, da qual tantos recursos provêm para instituições de interesse social.

Da mesma forma, em relação à ASA, pode-se afirmar que a Caixa não injetou na empresa recurso de qualquer espécie, assumindo o seu controle, através de contrato, no qual o valor patrimonial da ação foi estabelecido através de valor simbólico. Diga-se de passagem, em resposta a injustas críticas, que o atual Presidente da ASA, Diretor da Caixa aqui presente, nada recebe daquela Empresa, sendo falsa a afirmação de acumulação de remunerações em seu proveito.

Falou-se, também, de um financiamento para a construção de um shopping center no Rio de Janeiro, com crítica improcedente, uma vez tratar-se de operação habitual, concedida com amplas garantias e rigoroso levantamento de viabilidade técnica e econômica. Dita operação, realizada pelo valor inicial de Cr\$ 790 milhões, sujeito à correção ao longo do prazo de construção, foi contratada antes da intervenção do Banco Central no Grupo Financeiro responsável e está sendo acompanhada com atenção adequada.

Problema de certa envergadura, que tem sido objeto de reparos e críticas, é o FAS, Programa que se desenvolve desde 1975 e cujos benefícios têm sido incalculáveis. Surgido em boa hora, esse benemérito Programa já proporcionou ao País 6.461 enfermarias, 31.423 leitos hospitalares, 22.726 novas salas de aula para 2.270.555 matrículas, 103 entidades sindicais beneficiadas e 47.031 m² de imóveis construídos. Isso sem falar nos Centros Oficiais Urbanos, já construídos, em números de 60 e que, em 1977, tiveram a frequência de 1.200.000 pessoas de baixa renda.

A Caixa, em relação ao FAS, não obstante caber-lhe apenas a responsabilidade de gestora, e agente-financeiro, tem-se esmerado, a ponto de injetar nele substanciais recursos próprios, tanto desti-

nando ao mesmo valor correspondente ao Imposto sobre a Renda que teria de pagar, se por lei complementar não estivesse isenta, como ainda parcela extraída de outras rendas operacionais.

A pausa imposta é uma resultante apenas da demanda excessiva. Nenhum financiamento é, todavia, recusado, mas apenas mantido na expectativa de novos recursos a serem proporcionados ao Programa.

É de salientar-se que, na Caixa, trabalha-se ativamente para a reformulação do Sistema, com sugestões a serem em breves dias encaminhadas ao Ministro da Fazenda.

Relativamente à habitação e hipoteca, pode-se assegurar não haver nenhum atraso em relação a contratos assinados. Há uma dotação de Cr\$ 13.000.000.000,00 consignada no novo orçamento para o corrente ano, suficiente para o atendimento dos processos em tramitação, dependentes inclusive da capacidade física de atendimento, posto que a Caixa tem limitações impossíveis de superação imediata, qual o do número exíguo de agências, atualmente de 606 apenas, mas em via de aumento substancial, na forma da solicitação a ser apreciada pelo Conselho Monetário Nacional.

Cerrem fileiras em torno da Caixa. A Caixa é de todos nós, como bem acentuou periódico local. Vale a pena prestigiar a Caixa, torná-la maior, ajudá-la na obra grandiosa que realiza pelo povo e pelo Brasil.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, vim acompanhado de três Diretores da Caixa Econômica: os Drs. Gil Gouvêa Macieira — Diretor de Fundos e Programas, Léo Lynce de Araújo — Diretor de Habitação e Hipoteca; e Rogério Luz Coelho — Diretor Financeiro.

Estamos à disposição de V. Ex^{ts} para qualquer informação. Conheço a Caixa há 55 anos, e posso recuar um pouco mais, porque — como disse — meu pai foi Contador-Geral da Caixa. Conheço-a bem, mas não a tenho como perfeita. Sei que tem erros, tem falhas, que desejamos, sinceramente, corrigir. Se levar daqui sugestões, críticas que possam ser aproveitadas — e espero que sim — para melhorá-la, para corrigir esses erros e essas falhas, bendirei o instante em que fui convocado pelo Sr. Presidente para comparecer à Comissão de Economia do Senado Federal. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — A Presidência agradece ao Sr. Presidente da Caixa Econômica sua exposição.

Passa-se, neste instante, à segunda fase dos trabalhos, exatamente a de indagações por parte dos Srs. Parlamentares, de acordo com a ordem de inscrição.

Inicialmente concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino, autor da sugestão do convite ao Presidente Arioivisto Marcos de Almeida Rego.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Sr. Presidente, minhas indagações ao Dr. Arioivisto Marcos de Almeida Rego, perguntando a S. Ex^a quais as prioridades que o Conselho Monetário Nacional fixou para as operações da Caixa Econômica.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Peço ao Dr. Gil Gouvêa Macieira a gentileza de responder.

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — Senador Roberto Saturnino, me perdoe, quase que voltei aquele nosso tempo de BNDE e Caixa Econômica.

A prioridade estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional para a Caixa Econômica, em função da reformulação orçamentária, é como primeiro passo, no sentido que se dê o atendimento já preconizado na área de habitação e hipoteca. Posteriormente, temos nossas operações normais, todas elas com dotação reduzida, em função dos cortes orçamentários que tivemos. Estamos atendendo às áreas tradicionais de consignação, penhor. Mais recentemente, em decorrência do cheque azul, lançado pela Caixa, estamos com mais um tipo de operação, também previsto neste orçamento.

Quanto à área social, especificamente no meu setor — o FAS, o Conselho Monetário Nacional, também reformulou, e nós, que estamos com uma previsão orçamentária, para o exercício de 78, de 10 bilhões de cruzeiros, tivemos essa verba reduzida para 6 bilhões de

cruzeiros. Portanto, a expectativa que temos para o ano de 78 é a de cumprir todos os contratos assinados, podendo assinar muito poucos, porque o que já estava compromissado até o início do ano de 78 é suficiente para gastar os 6 bilhões de cruzeiros.

Não sei se fui suficientemente claro.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — O valor dos contratos assinados é de cerca de doze bilhões de cruzeiros. A demanda anda em torno de 57 bilhões de cruzeiros.

O SR. ROBERTO SATURNINO — No que se refere a operações hipotecárias?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Não. Só relativamente ao FAS. Esse volume é de tal modo impressionante, vindo de todos os recantos do País, que designei uma Comissão, sob a Presidência do Superintendente de Planejamento da Caixa, para estudar uma reformulação imediata. O Sr. Ministro da Fazenda mostrou-se vivamente interessado. Inclusive autorizei a constituição de uma equipe, com pessoas convocadas em qualquer serviço, de modo que pudéssemos contar com elementos capazes de oferecer sugestões que possam, pelo menos, satisfazer a maior parte possível dessas solicitações, consideradas mais prementes, mais urgentes.

O volume de solicitações era de tal natureza que era impossível atender. Fizemos a reformulação do orçamento do FAS, como consequência mesma da própria reformulação do orçamento-geral da Caixa. Os seis bilhões de cruzeiros, considerados como a dotação para este ano — pelo menos é uma adaptação inicial — poderão ser acrescidos, aumentados durante o ano, desde que as condições da Caixa o permitam.

Inicialmente, este o volume esperado. Segundo a programação financeira, é capaz de atender a todos os contratos assinados, porque pago ao longo do prazo. Os cronogramas de obras irão sendo atendidos à medida em que vão sendo realizados.

De acordo com a informação prestada pela Diretoria Financeira e de Fundos e Programas, este volume é suficiente para atender a todos os contratos assinados, mas às solicitações é absolutamente impossível, porque somam a 57 bilhões de cruzeiros, e não é possível atender.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Sr. Presidente, deixemos o FAS de lado.

No ano passado, no exercício de 1977, o Conselho Monetário Nacional deve ter fixado, porque assim determina a lei, as prioridades para as aplicações da Caixa Econômica. A minha pergunta é exatamente esta: que prioridades teriam sido fixadas pelo Conselho Monetário Nacional, no exercício de 1977, para as operações da Caixa Econômica?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Através do nosso orçamento, V. Ex^a terá o primeiro orçamento aprovado, que foi reformulado, mas ainda dependente de aprovação.

O SR. ROBERTO SATURNINO — O orçamento de 1977?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Não. Não trouxe o orçamento de 1977, mas os meus companheiros de Diretoria têm condições de responder à pergunta.

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — V. Ex^a deve estar preocupado exatamente com a prioridade dada, em 1977, pelo Conselho Monetário Nacional. Só vou anunciar um número, para que V. Ex^a, depreenda qual a prioridade primeira da Caixa Econômica, a que se destinam os seus recursos.

O saldo dos financiamentos da área de habitação e hipoteca soma a 106 bilhões de cruzeiros, o que representa 83,40% do montante do saldo de todos os financiamentos da CEF. No ano passado, cumprimos rigorosamente o orçamento dado pelo Conselho Monetário Nacional, ou seja, de 24 a 25 bilhões de cruzeiros.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Para empréstimos hipotecários?

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — Habitacionais e hipotecários, de 24 a 25 bilhões. Então, desses 106 bilhões, que é a soma de todas as aplicações...

O SR. ROBERTO SATURNINO — Portanto, 24 ou 25 bilhões foram contratados no ano passado?

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — Exatamente.

O SR. ROBERTO SATURNINO — No orçamento do ano passado, isto é, na prioridade fixada pelo Conselho Monetário Nacional, se previa a cobertura de déficits orçamentários de grandes obras do Governo Federal? A menos que eu esteja equivocado, foi um dos grandes itens de aplicação da Caixa Econômica no ano passado.

Se estou equivocado, gostaria de ser esclarecido. Fui informado de que a Caixa Econômica teria coberto, com aplicações de seus recursos, déficits de obras, tais como Itaipu, TELEBRÁS, SIDERBRÁS. Enfim, esta a informação que gostaria de obter se é verdadeira, qual o montante e se estava de acordo com as previsões orçamentárias de 1977?

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — Peço ao Dr. Rogério Luz Coelho, Diretor-Financeiro, responda à pergunta de V. Ex^a

O SR. ROGÉRIO LUZ COELHO — Os votos especiais do Conselho Monetário Nacional estipulavam encargos da Caixa para 1977 de subscrição em ORTN e LTN para empréstimos da ordem de 400 milhões ao DNER, e 600 milhões de cruzeiros à SIDERBRÁS — isto já dentro da programação do ano de 1977. Ao FAS foram destinados 238 milhões do lucro da CEF, 500 milhões dos recursos da CEF para o desenvolvimento e 200 mil de dotação orçamentária da União com ônus. Mais ainda, 3 bilhões e 376, como empréstimo da CEF ao FAS a juros de 6%, com correção monetária. São recursos, dentro da dotação orçamentária de 1977, para as operações de Fundos e Programas e Operações Especiais.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — O nobre Senador Roberto Saturnino particularizou os referentes a Itaipu.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Recebi a informação, e gostaria de confirmá-la, de que a Caixa destinou recursos de vulto, quase — pelo que estou informado — 5 bilhões de cruzeiros para Itaipu, SIDERBRÁS, TELEBRÁS. A soma total teria sido esta.

Estava previsto o orçamento e, se estava, de que forma?

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — Também essas operações são da minha área, porque operações atípicas da Caixa. Por coincidência, tenho a relação de todas elas aqui, e vou-me permitir lê-la para V. Ex^s.

O primeiro financiamento especial foi o da ARSA — Aeroporto do Rio de Janeiro, financiamento inicial de 340 milhões. Como se recorda, esse financiamento foi nos idos de 1974, quando discutíamos a transferência de recursos para o BNDE. Foi aprovado pelo Conselho Monetário Nacional, através de voto do Ministro Velloso. À SIDERBRÁS, foram recursos já definidos pelo nosso Diretor-Financeiro; ITAIPU-Binacional — o primeiro financiamento, 205 milhões de cruzeiros, repasse do Banco Central; ITAIPU-Binacional — 295 milhões de cruzeiros — também repasse do Banco Central; ITAIPU-Binacional — 155 milhões de cruzeiros — operação de crédito externo, em que destinamos uma parte de 599 milhões, 999 mil e 998 cruzeiros à Rede Ferroviária Federal. Temos os financiamentos do Departamento de Estradas de Rodagem, de 500 milhões, com recursos da Caixa Econômica. Posteriormente, outro financiamento ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, também com repasse do Banco Central.

É bom que se diga que a Caixa Econômica, além de sua posição normal de agente-financeiro do Sistema Financeiro de Habitação, na sua posição de órgão de crédito, tem igualmente a condição especial de agente do Governo Federal, e, como tal, recebe repasse do Governo, com o fim específico de aplicação em empresas, sejam do Governo ou não. A Rede Ferroviária Federal também recebeu o

financiamento de 250 milhões do Banco Central, bem como o de 599 milhões, a que já me referi, de operação de crédito externo.

Estas, as operações. Não fiz a soma. Contudo, não chegam a 5 bilhões, e não são recursos da Caixa.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Em resumo, com recursos da Caixa foram feitas, exclusivamente, aquelas duas operações mencionadas.

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — Exatamente.

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — Já previsto no orçamento, com correção de 14 bilhões e 151, e sem correção de 5 bilhões e 991 — tivemos um acréscimo da ordem de 20 milhões de cruzeiros para o ano de 1977. O realizado foi da ordem de 14 bilhões e 659. Então, houve, de fato crescimento a menor de 5 milhões de cruzeiros.

Tivemos, no orçamento, a previsão de empréstimos que, com correção monetária, correspondem a 26 bilhões 507 milhões, e, sem correção, 11 bilhões 689 milhões, num total de 38 bilhões 196 milhões, realizados 33 milhões 151 mil, justamente a diferença de 5 bilhões de cruzeiros que não foi realizada como crescimento previsto do depósito. O orçamento ficou equilibrado nas operações típicas da Caixa, preservando-se a correção monetária dos recursos corrigidos.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Em relação às previsões a Direção da Caixa não conseguiu detectar esse déficit durante o ano de 1977, com o acompanhamento do fluxo de Caixa, ou seja, não havia indícios de que essa previsão não iria realizar-se? Isso já podia ser inferido do comportamento do fluxo de Caixa ao final do ano passado?

O SR. ROGÉRIO LUZ COELHO — Pôde e foi feito mês a mês, tanto é que tivemos condições de adaptar as aplicações ao crescimento de depósitos. Justamente a parte não aplicada do orçamento é que não cresceu 5 milhões. A execução do orçamento foi feita em condições mês a mês, e muitas vezes, dia a dia.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Sabíamos que estava havendo declínio na captação de recursos através de cadernetas de poupança.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Desde quando?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Já no ano de 1977 já se tinha manifestado.

O SR. ROBERTO SATURNINO — V. Ex^a lembra-se mais ou menos em que época do ano de 77 começou?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Posso responder em relação à Caixa.

Tenho aqui uma análise de depósitos. Pode ser que alguma coisa não possa ser respondida. Espero que suponham e que acreditem que estou de boa fé.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Esteja V. Ex^a tranqüilo.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Se não puder dar alguma resposta agora, comprometo-me, pessoalmente, fazê-la chegar ao Presidente da Comissão com toda a correção. Nada tenho a esconder. Gostaria que a Caixa fosse toda de vidro, para que todos pudessem olhar para dentro dela.

Esta é análise realizada pelo Departamento Econômico e Financeiro: os depósitos totais da Caixa apresentaram incrementos substanciais nos períodos anteriores. A mais notável expansão foi obtida em 1976. No ano seguinte, 1977, o saldo desse depósito acusou acréscimo de apenas 58,4. Trata-se do saldo, e não da captação.

Mais adiante, diz: os dados indicam uma progressiva desaceleração na captação desses recursos.

De fato, o ano de 1977 marcou moderada taxa de expansão: 20%, contra 56% no ano anterior. Por isso que, no ano de 1978, reduzimos para 16%.

Essa foi a previsão examinada. Pela nossa experiência dos anos anteriores, considerou-se que continuaria a haver a desaceleração, mas não se podia esperar que se tornasse tão violenta, como de fato foi, a ponto de exigir outras medidas, como, por exemplo, a mudança operada pelo Banco Nacional da Habitação no seu sistema de captação. A Caixa observa as normas do BNH, realmente o órgão normativo do Sistema.

Prossegue a análise: em períodos observados, que são os períodos anteriores a 1977, representavam cerca de 85% dos depósitos totais da Caixa. Os dois primeiros anos registraram uma acentuada expansão. O ano de 77, porém, se caracterizou por uma significativa desaceleração.

Sabíamos disso, foram previstos, estabelecidos e estudadas também as causas. Acreditávamos que podíamos aumentar a captação por vários meios, um deles, por exemplo, o aumento de agências. A Caixa Econômica tem um número insuficiente de agências. Há vários anos temos insistido nesse particular.

Recentemente, quando falávamos sobre a Caixa, uma pessoa me advertiu sobre concorrência que estaríamos fazendo e que se opunha à privatização. Disse-lhe então, que presidia uma instituição que tinha 117 anos de existência e não me preocupava muito com isso, porque essas palavras são utilizadas há pouco tempo. A mim pouco me importa isso. Não tenho nada a ver com os significados que queiram dar a semelhantes palavras. Entendo que a Caixa Econômica tem um grande papel a representar ainda por muitos anos. De modo que não me importa que ela seja empresa pública ou não. O fato é que ela realiza algo de importante em benefício do povo. Isso é o que interessa.

O aumento do número de agências, por exemplo, tem encontrado certa resistência. Não sei bem até que ponto essa idéia de estatização e privatização possa ter concorrido para decréscimo da captação, mas, na realidade, tem-se encontrado uma grande resistência. Não podemos ter um número de 606 agências apenas, menos que o número de agências da Caixa Econômica Estadual de São Paulo. Temos apenas 606 agências no Brasil. É um número insignificante. Qualquer dos grandes bancos tem 300 agências mais do que a Caixa.

No expediente ao Banco Central, para aumento substancial das agências da CEF, acentuei que o fazia não apenas pela consciência que tinha da necessidade de aumentar a captação de recursos para empregá-los em benefícios das atividades normais da Caixa, mas também atendendo aos reclamos de Assembléias Legislativas, de Câmaras Municipais, de Sindicatos de Classe, de empresas industriais e comerciais.

A presença da Caixa é sempre desejada, ainda que a área esteja bem servida de bancos, porque estes, devido às suas peculiaridades, não fazem penhores, não atendem a consignações, não fazem crédito educativo e uma infinidade de outras operações. E essa assistência a Caixa Econômica presta.

Esta é uma das razões do declínio da captação: o número insuficiente de agências.

Procuramos combater a situação.

Fizemos uma promoção, porque da própria índole da Caixa, no sentido de difundir a idéia de poupança. Através da imprensa, do rádio, da televisão, procuramos levar essa mensagem a todos os recantos do País.

Estudamos e fizemos o lançamento do cheque azul, porque consideramos que esse cheque, privilegiado e especial, é gerador de depósitos.

Portanto, essas medidas foram tomadas no sentido de neutralizar a situação.

Sabíamos. Não vamos negar que não sabíamos, pois foi devidamente analisado, tanto que no orçamento reduzimos de 20 para 16% a expectativa de captação.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Então V. Ex^a confirma que a Caixa acompanhava a situação e era prevista essa redução de captação no ano de 1977.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Sim, mas não na escala em que ocorreu realmente.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Apesar disso, foi instituído um novo programa em 1977, referente à aquisição de imóveis usados?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Não. O Diretor-Financeiro já deu a resposta a V. Ex^a, demonstrando claramente que isso em nada afetou a situação da Caixa Econômica, tanto que o balanço da Caixa coincide com o seu orçamento. Por conseguinte, não houve nenhuma influência.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Esse programa foi aprovado pelo Conselho Monetário Nacional?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Decerto.

O SR. ROBERTO SATURNINO — O Conselho Monetário Nacional estabeleceu alguma limitação em termos de aplicação desse programa de imóveis usados?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Há o máximo de 25%, senão me engano. O Diretor lhe dirá melhor.

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — Senador Roberto Saturnino, há o programa de imóveis usados. A Caixa Econômica possui dois sistemas. Como principal agente-financeiro do BNH, a Caixa opera dentro do Sistema Financeiro de Habitação. O outro, o sistema próprio, o sistema hipotecário, que funciona desde 1932, dá equilíbrio à Caixa Econômica para fornecer juros abaixo dos valores pagos à captação, atendendo exatamente a classe de menor renda.

O sistema hipotecário se destina à construção de *shopping centers*, de financiamento de lojas isoladas, de salas e também de imóveis usados, porque é um sistema que funciona como mercado regulador. Quando há dificuldade na venda de imóveis novos, evidentemente o mutuário, o adquirente final, de uma unidade nova, tem que ter liquidez do imóvel usado. Quando quer partir para a compra de melhor apartamento, ele quer ter a certeza da venda do imóvel usado. É a história de quem quer comprar um automóvel novo e tem que vender o velho, para somar os recursos do produto da venda do automóvel velho com o do financiamento. Então, não é um programa da Caixa Econômica, e sim um componente do sistema hipotecário.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Quanto foi realizado de operações com imóveis usados em 1975, 1976 e 1977?

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — Tenho dados exatamente da Norma nº 367, de 1977, despachada já no advento da administração Humberto Barreto, que chegou à Caixa Econômica com a grande preocupação de evitar a especulação imobiliária. A sua primeira providência, dentro do Sistema Financeiro de Habitação, foi limitar os financiamentos para os construtores e incorporadores, fixando parâmetros em relação ao terreno e à lucratividade do empreendimento. Estabeleceu que, no empreendimento vertical, o terreno não poderia influenciar além de 20%, e, no empreendimento horizontal, 35%.

Sabemos que o terreno hoje, principalmente nas áreas metropolitanas, é fator de encarecimento da habitação.

Sua segunda medida foi em relação ao excessivo número de imóveis, não só de clientes nossos, como também de outros agentes. A Norma de Serviço nº 367, que estabeleceu parâmetros para que o adquirente obtivesse um financiamento da Caixa Econômica, melhorou o relacionamento entre proprietário e inquilino. Aquele que tinha condições de pagar um aluguel poderia comprar o imóvel. Foi também consequência do problema da denúncia vazia. Veio melhorar a situação do inquilino. Tivemos um *feedback* extraordinário depois dessa Norma. Recebemos montanhas de cartas parabenizando a Caixa Econômica por essa medida.

Atendemos numa faixa de 385 milhões de cruzeiros, ou seja, uma faixa média de 15.664 imóveis, entre 100 e 1.500 UPCs. Discrimino mais 7.722, durante o ano de 1977 até hoje.

O SR. ROBERTO SATURNINO — E em 1976?

O SR. LÉO LYNCE ARAÚJO — De 1976 não tenho os números, mas não foge muito aos números que estou dando.

O SR. ROBERTO SATURNINO — V. Ex^a afirma isso?

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — Afirmando.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Estaremos dispostos a mandar os dados de 1976, 1975, 1974, 1973. Desde 1932, se V. Ex^a quiser.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Agradeceria.

Não se caracteriza, por conseguinte, uma configuração nova nas operações da Caixa. Foi fartamente noticiado pela imprensa. Lembrou-me de ter lido nos jornais: "Caixa reabre programa de financiamento a imóveis".

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — Foi apenas modificada uma norma que estabelecia um juro único. O Presidente Humberto Barreto teve a precaução de estabelecer juros diferenciados, em função da faixa de menor renda. Ainda mais, procurando o alcance social, dividiu o Brasil em três regiões, para evitar que uma pequena cidade tivesse o mesmo financiamento que o Rio de Janeiro.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Seria possível, resumidamente...

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — Vou dar os valores em cruzeiros: despendemos, de 1977 até hoje, seis bilhões de cruzeiros em imóveis usados.

O SR. ROBERTO SATURNINO — E quanto em 1977?

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — Como disse a V. Ex^a tenho os dados de 1977 até hoje.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Quer dizer, seis bilhões de cruzeiros em 1977?

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — De 1977 até hoje.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Está rigorosamente dentro dos limites de 25% de captação?

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — Muito menos. O Conselho Monetário Nacional nos deu até 25% sobre os saldos dos depósitos em cadernetas de poupança, que nos proporcionaria atender até 22 bilhões ou mesmo 23. Fomos até 6 bilhões.

O SR. ROBERTO SATURNINO — V. Ex^a também afirma isso? São dados importantes.

As condições de juros dos financiamentos estão dentro das condições tradicionais e normais da Caixa Econômica?

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — Estão exatamente acima do valor pago ao portador, ou seja, o juro vai de 6 até 10%.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Tem correção monetária?

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — Evidente, com correção monetária.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Quer dizer, juros de 6 a 10%, com correção monetária. V. Ex^a também afirma isso? É dado importante.

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — Não seria possível trabalhar sem correção monetária. Correção monetária e juros diferenciados de 6 a 9%.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Isso nas operações que totalizaram seis bilhões de cruzeiros em 1977. V. Ex^a não tem os dados de 1976, mas afirma que foi aproximadamente em torno desse valor.

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — Um pouco menos.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Peça que tomem nota, para que depois possamos mandar a resposta.

O SR. ROBERTO SATURNINO — No exercício de 1977, o Presidente informou a esta Casa que foram aplicados, em operações ligadas à habitação, 24 a 25 bilhões. A previsão para este ano é de 13 bilhões de cruzeiros.

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — Exatamente. É a informação do Diretor-Financeiro.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Como se explicaria essa redução? Considerando que a captação ainda deve crescer a uma taxa inferior, ela também crescerá?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — A captação prevista é de 14 bilhões de cruzeiros.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Há, por conseguinte, acréscimo de recursos. Então como se explicaria essa redução da previsão orçamentária de aplicações em relação ao ano de 1977?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Foi amplamente divulgado. A Caixa Econômica, nos dois primeiros meses deste ano, perdeu três bilhões de cruzeiros do seu saldo de depósitos e deixou de receber também três bilhões previstos no seu orçamento. Significou uma redução de 6 bilhões de cruzeiros. Evidente que teríamos que agir com prudência na reformulação. Pessoalmente posso afirmar a V. Ex^a que tenho certeza absoluta de que a captação excederá a esse valor.

Ora, se tínhamos sido surpreendidos quando contávamos que a redução fosse apenas de 4% sobre o ano anterior, e ela foi muito maior, é claro que precisávamos agir com a maior prudência possível, com maior prudência do que anteriormente fizéramos. Daí termos reduzido substancialmente, embora acredite nas medidas adotadas pelo Banco Nacional da Habitação, com nossa colaboração, bem como na decisão do Governo de restabelecer o incentivo relativo ao Imposto sobre a Renda.

Essas medidas necessariamente irão estimular, mas pergunto: que há de mal nessa prudência em se prever menos? Se tivermos — como espero, desejo e rezo para que aconteça — se tivermos recursos bem maiores dos que são previstos, reforçaremos todas as dotações e faremos nova reformulação do orçamento. Não haverá nenhum inconveniente. Agimos, no caso, com pessimismo, embora contrário ao nosso temperamento, apenas por prudência, para não acontecer novamente.

Devo dizer a V. Ex^a que fiquei muito sentido com uma palavra empregada: "estouro". Fiquei indignado, porque não se pode empregar essa palavra neste sentido — "estouro de orçamento". Nunca ouvi em minha vida, esta palavra ser empregada com tal sentido. Fiquei revoltado. Por isso disse que "estouro" é balão, é buscapê, é fogueira, é rojão, seja lá o que for, e não uma instituição com 117 anos de existência e garantida pelo Governo Federal, — uma instituição que é minha, e é de todos nós. Não há "estouro" para uma coisa dessas. Fiquei indignado e repeli.

Se for necessário, reformularemos novamente o orçamento, e não vamos pedir licença a ninguém. Agiremos de acordo com as necessidades e o submeteremos à aprovação do órgão próprio, o Conselho Monetário Nacional.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Sr. Presidente Ariovisto, V. Ex^a vai-me desculpar insistir um pouco nesta pergunta, mas, afinal de contas, o orçamento é a peça principal da administração de qualquer entidade.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Qualquer administração reformula orçamento...

O SR. ROBERTO SATURNINO — Permita V. Ex^a que eu estranhe. Embora com uma previsão realista, pessimista — como diz V. Ex^a — ainda assim a Caixa prevê — se não me engano — um

acréscimo, em seu bolo total de recursos, na sua captação, da ordem de 16%. Apesar disso, V. Ex^a diz que as aplicações ligadas ao setor habitacional vão ter, em valor nominal, uma redução de 50% aproximadamente. Em valor real, seria bem maior, considerando-se a desvalorização da moeda. Permita-me V. Ex^a que eu estranhe se atribuo somente ao decréscimo da captação essa redução tão substancial, tão considerável, nas aplicações ligadas ao setor habitacional, e, por este motivo, eu indague se haveria outras causas para uma redução tão drástica.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — A causa é efetivamente da redução. Apenas uma medida de prudência. Não podíamos admitir um acréscimo, sem ter uma visão do sucesso, do êxito, dessas medidas que foram adotadas.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Uma redução de 4, 5 ou 6 bilhões de cruzeiros na captação redundaria em uma contração de cerca de 12 a 13 bilhões, em termos nominais, nas aplicações ligadas ao setor habitacional. Parece-me um pouco desproporcional essa redução de aplicações em relação à redução prevista no volume de captações.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — No primeiro orçamento, a previsão havia sido de 28 bilhões de cruzeiros. Perdemos, nos dois primeiros meses, 6 bilhões de cruzeiros. Ora, havíamos previsto 28 bilhões, reduzimos para 14 bilhões de cruzeiros...

O SR. ROBERTO SATURNINO — Por conseguinte, uma redução de 14 bilhões. É muito grande, Presidente.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Mas não tínhamos nenhum elemento para poder afirmar que aquela situação não se alongaria. Não sabíamos a reação do povo diante das medidas adotadas.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Qual foi a redução prevista nos outros programas, que não os ligados ao setor habitacional? Por exemplo, operações de socorro a empresas, operações atípicas?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Inicialmente as previsões eram de 10 bilhões de cruzeiros, para atendimento de todas as operações.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Em 1978?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Para 1978. Reduzimos para 6 bilhões de cruzeiros.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Passou de 10 para 6 bilhões. Reduziram 4 bilhões nesse programa e 14 bilhões no outro.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — De 4 para 6 bilhões no FAS. Não nas atípicas.

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — Exatamente. Percentualmente, reduzimos no FAS 40%.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Estou me referindo às operações atípicas.

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — Neste ano de 1978 as atípicas estão suspensas. Não há verba prevista. Não existe nenhuma previsão de verba. Esperamos que essas operações, que fazíamos à Conta do Conselho de Desenvolvimento Econômico e previamente autorizadas pelo Conselho, após examinadas, esperamos que essas operações, neste exercício de 1978, sejam atendidas pelo BNDE. É a nossa esperança.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Sabemos que os 6 bilhões de cruzeiros darão para atender. Como estamos reformulando — e espero, dentro de poucos dias, apresentar o trabalho ao Sr. Ministro da Fazenda — temos sugestões no sentido de aumentar esses recursos, não de nossa parte, porque nosso

orçamento terá que ser respeitado, mas a contribuição do Governo. Procuraremos obter mais recursos da parte do Governo para a FAS.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Permita V. Ex^a manifestar minha perplexidade, porque ainda não consegui detectar as causas.

Se V. Ex^a diz que a redução na captação prevista pode alcançar 4 ou 5 bilhões de cruzeiros, quer dizer, a contração nesse programa da ordem de 14 bilhões, parece-me...

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Oxalá não se comprove de nossa parte um exagerado pessimismo. Então, faremos as complementações necessárias, no sentido de se atender em maior escala.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Não me vou alongar, porque sinto que os companheiros também desejam apresentar indagações. No entanto, antes de encerrar, gostaria que V. Ex^a me informasse as condições em que foram realizadas as operações referentes ao auxílio ao grupo empresarial UEB e à compra da área em que estava localizado o Forte Copacabana. Em que condições — de prazos, juros — foram realizadas essas operações?

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — Dentro do sistema hipotecário — como asseverei a V. Ex^a — financiamos *shopping centers*, lojas, salas, e imóveis usados.

A Caixa concedeu a Empreendimentos Imobiliários Capri S.A. Comércio e Indústria, organizados em 15 de janeiro de 1975, em sucessão à Capri S.A. Comércio e Indústria, que por sua vez foi sucessora da Capri Comércio e Administração S.A., responsável pela construção do *shopping center* do lado esquerdo de quem entra no túnel com acesso a Copacabana — a construtora é Norberto Odebrecht. O empreendimento consiste na construção de um complexo arquitetônico com área de 243.509m², a ser erigido no Rio de Janeiro, na rua Lauro Müller, nº 116, em Botafogo, em terreno de propriedade do Banco Decredi, por este prometido de venda, em caso irrevogável, à Capri, conforme escritura lavrada em 19-4-76.

O UEB Center, que hoje tem nova denominação — Rio Sul, se comporá: primeiro, de um *shopping center*, com área de 81 mil m², e abrigará lojas de departamento, supermercados, lojas de variedades e locais próprios de lazer: cinemas, teatros, piscinas, restaurantes, bares, etc.; de uma torre de escritórios, erigida no centro do *shopping center*, também chamado centro profissional, de 40 pavimentos, com uma área de construção de 80.000 m², e estacionamento com área de construção de 77.000 m², com 3.670 vagas para veículos, das quais 2.668 se destinam ao *shopping center* e 1.009 à torre de escritórios.

O financiamento foi em torno de 5 milhões 574 mil 290 UPC. Na época representava 790 milhões, e hoje, no segundo trimestre de 1978, 1 bilhão 423. Aprovado pela Diretoria da Caixa em 30-3-76. Pronunciamento do Banco Central do Brasil...

O SR. ROBERTO SATURNINO — Em que condições foi realizada essa operação?

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — Correção monetária e mais 12%.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Correção monetária e mais 12% ao ano. Tem prazo de carência?

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — Não. Observa o cronograma de recursos financeiros. Já desembolsamos de 290 a 300 milhões, corrigidos.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Perdão. Forneça os números certos, porque a nobre Oposição gosta muito dos números: Cr\$ 278.832.957,40.

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — Corresponde hoje a Cr\$ 1.423.729.408,90. Prazo total da operação: 137 meses, sendo 4 meses de carência — para preparação do empreendimento. Visitei a

obra e nunca vi um empreendimento tão bem administrado como esse. A construtora é Norberto Odebrecht e a firma fiscalizadora é a RKI, de gabarito multinacional. 37 meses para construção e 96 para amortização da dívida.

Portanto, foi muito antes da intervenção do Banco Central na holding.

Posição em 1-4-78: saldo devedor, em UPC — 1 milhão 400.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Antes da intervenção? Foi aprovado pelo Conselho Monetário Nacional?

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — Antes da intervenção.

O SR. ROBERTO SATURNINO — E a operação foi aprovada?

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — Simples operação da Caixa. Financiamos diversos no País.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Desculpe. Entendi V. Sr. dizer que a operação tinha sido aprovada...

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — Só as atípicas é que submetemos à decisão superior. Esta é operação rotineira da Caixa.

Saldo a liberar: 4 milhões e 374 UPC, que representam hoje Cr\$ 1.117.227.228,26. Etapa já liberada: 8, no valor total de Cr\$ 357.584.182,82. Percentual da obra executada: 30%. É uma obra difícil, V. Ex^a que é engenheiro o sabe. Atraso da obra em relação ao cronograma: 10 meses. Solvência dos encargos financeiros: em dia. Pleiteado, em janeiro de 1978, pela empresa. Logo depois sobreveio a intervenção. Evidentemente houve atraso, não só por parte da empresa, como também por dificuldades na execução da obra. A empresa está pedindo reformulação do cronograma.

Estamos estudando a proposta e já antecipamos, para não parar o empreendimento. Vai salvar o Grupo José Luiz Moreira de Souza, como também todo o investimento do Banco Central na empresa.

Então, há interesse nosso.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Quais as condições relativamente à operação do Forte de Copacabana?

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — A operação do Forte Copacabana foi negociada exatamente por este Diretor. Recebi determinação superior no sentido de que a Caixa devia adquirir aquele imóvel, para evitar a construção de espigão naquela área tão densamente povoada.

Adquirimos aquele terreno, talvez terreno singular no mundo. É uma área privilegiada entre Copacabana e Ipanema. Prestava-se tremendamente às multinacionais, para construção, para construção de hotéis.

O Exército precisava construir um hospital no Rio de Janeiro, e o Colégio Militar aqui, em Brasília. Para evitar a construção de hotéis, adquirimos, do antigo Secretário-Geral do Ministério, aquele terreno por Cr\$ 700.763.000,00, para ser preciso, a serem pagos, em parcelas iguais e sucessivas, em 10 trimestres. Adianto mais a V. Ex^a — como essas obras do Exército ainda não foram iniciadas, todo esse dinheiro está na Caixa, não saiu praticamente nada.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Não foi uma operação de financiamento ao Município?

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — Não. Foi aquisição pura e simples de um terreno pela Caixa.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Então, a Caixa é proprietária daquele terreno.

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — Exatamente. Daí porque, já na Administração Humberto Barreto, nós, que não temos interesse nenhum em especulação imobiliária, em construir empreendimento algum, trocamos — para atender ao aspecto social — aquele terreno altamente valorizado por terrenos na Cidade Nova e no Catumbi, onde estamos desenvolvendo, para atender àquela população, cooperativas habitacionais.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Sr. Presidente, embora de minha parte tivesse ainda muitas perguntas, mas considerando o interesse de outros colegas, me dou por satisfeito.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Desejo declarar ao nobre Senador Roberto Saturnino que, se tiver necessidade de alguma outra informação, pode dirigir-se à Direção da Caixa individualmente ou um simples telefonema bastará.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Gostaria de ter em mãos algumas informações que V. Ex^a e os Diretores me prometeram, isto é, o montante das operações de imóveis usados, norma de serviços realizados nos anos anteriores, e a que modificou esse programa em 1977.

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — Vamos dar a posição da Caixa Econômica desde 1970 até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — com a palavra o Senador Leite Chaves, para fazer as suas indagações.

O SR. LEITE CHAVES — Compreendemos, Presidente Ariovisto de Almeida Rego, sua preocupação em defender o nome da Caixa e o seu conceito perante o País. V. Ex^a é um funcionário antigo e só recentemente foi convocado a exercer a função máxima de Presidente.

Gostaria que V. Ex^a e os seus Diretores, seus acompanhantes, compreendessem a ansiedade do País perante o comportamento das instituições financeiras brasileiras.

O número de instituições que operam com cadernetas de poupança que foram à falência, que receberam intervenção, que causaram prejuízos aos brasileiros, tem sido enorme. Por outro lado, bancos que entram em falência e bancos que recebem dinheiro oficial, a juros subsidiados, para comprar outras instituições, têm constituído motivo de preocupação.

Recentemente o País conheceu, na mais vetusta e séria das entidades, um presidente de banco, o Presidente do Banco do Brasil, diretor ou titular do controle acionário de outro banco, promovido de Presidente do Banco do Brasil a Ministro, porque talvez difícil fosse a explicação de sua demissão, quando o seu próprio banco lançou na compensação um cheque sem fundo da ordem de 200 milhões de cruzeiros, e que o Governo subsidiou — e os jornais noticiaram, inclusive a natureza do contrato — subsidiou esse desfalque de caixa, para que o Banco Econômico efetuasse o pagamento desse cheque.

O fato é de conhecimento geral da Casa e do País. O Estado de S. Paulo disso se ocupou longamente e os jornais de maior circulação nacional.

Nada pesa contra V. Ex^a, que há pouco tempo está na Caixa, e, por mais eficiente que fosse, jamais chegaria a realizar os fatos que, para nossa tristeza e choque, hoje estão sendo comprovados.

Esperava que tudo se esclarecesse depois deste encontro, mas estamos sentindo que aquilo que os jornais noticiaram ao País, acerca dos desmandos da Caixa, está sendo comprovado.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Não concordo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — A Presidência solicita seja ouvida a exposição do Senador Leite Chaves e, posteriormente, o Sr. Presidente da Caixa terá oportunidade de expor seu pensamento.

O SR. LEITE CHAVES — As acusações não pesam contra V. Ex^a Talvez demande tempo para se apurar tudo isso. Mas, na realidade, a Caixa tem um estatuto. Inclusive, recentemente, foi reformulado. De acordo com suas disposições, esses empréstimos e financiamentos estão condicionados a determinadas finalidades de ordem social.

Diz o próprio art. 7:

“A Caixa Econômica operará...

.....
§ 4º Concedendo empréstimos e financiamentos sob todas as formas autorizadas pela legislação em vigor e cooperando subsidiariamente com as entidades de direito público e privado na solução de problemas de bem-estar social.”

Entretanto, o que aqui vimos? Obras, que dissentem completamente dessa orientação, foram financiadas, em montantes incompatíveis com as normais finalidades da Caixa. Posteriormente, financiamentos para outras empresas nacionais, ainda que possam ter vulto ou importância, mas não caberia à Caixa financiá-las.

Sr. Presidente, apenas para que eu ainda tenha oportunidade de me desanuviar dessas pesadas interrogações, gostaria que V. Exª e sua ilustre equipe, sobre quem não pesa, pelo menos de nossa parte, qualquer dúvida, pudessem responder, mas objetivamente, porquanto diversos Senadores e Deputados desejam fazer suas formulações, que respondessem objetivamente as seguintes perguntas:

1º) Qual a diferença entre o balanço que foi rejeitado pelo Banco Central e aquele que aprovado no orçamento? Ou seja, quais foram os pontos divergenciais?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — Com a palavra o Sr. Presidente da Caixa Econômica.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Permita-me dizer — com todo o respeito que me merece o ilustre Senador — que não estou de acordo com o que foi dito. V. Exª abordou assuntos que são inteiramente desconhecidos para mim em relação a outras instituições. Não tenho conhecimento de nada disso, de modo que nem sequer posso fazer qualquer referência a respeito.

Quanto aos assuntos concernentes à Caixa, os contesto formalmente.

Vou dar a informação que me foi solicitada.

A receita prevista no orçamento aprovado foi na ordem de 80 bilhões, 529 milhões e 352 mil; na reformulação, a previsão é de 66 bilhões, 182 milhões e 100 mil.

O SR. LEITE CHAVES — Agradeço a V. Exª Mas, ao invés de me contestar formalmente, seria mais compatível com a praxe da Casa e a alta respeitabilidade da vetusta entidade que V. Exª represente, fossem essas contestações de ordem muito fundamentadas, porquanto V. Exª está com boa vontade de fazê-lo.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Todas as perguntas feitas foram respondidas por mim ou pelos Diretores que me acompanharam.

Ora, essas respostas, dadas, aqui, tão francamente, tão lealmente, a V. Exªs, constituem contestação a essas acusações formuladas. Nelas próprias residem esta contestação.

Desculpe-me não quero entrar em debate, sobretudo tendo em vista a diferença que existe entre nós — V. Exª é um parlamentar habituado ao debate, à polêmica, eu não, sou apenas um administrador, e essa diferença, por si, já me aconselha prudência, para não me envolver em uma discussão em que, possivelmente, levaria desvantagem.

Cada um dos Diretores respondeu, com a maior franqueza, com a maior lealdade, a todas as perguntas que foram feitas, e V. Exª, com o que disse, contestou tudo o que foi afirmado aqui. Apenas isso.

Foi uma recusa às informações prestadas.

O SR. LEITE CHAVES — Sr. Presidente Ariovisto Marcos de Almeida Rego, entre mim e V. Exª não houve debate, apenas perguntas e respostas. Não houve também acusação, nem choque com V. Exª nem com seus ilustres Assessores. V. Exªs estão sendo muito bem recebidos nesta Casa, fato destacado pelo nosso Presidente, e de minha parte, somente a respeito de uma acusação pessoal.

Só desejo que V. Exª veja a preocupação desta Casa, na medida em que ela reflete o sentimento nacional. Quando fiz ligeira digressão sobre a preocupação nacional, pedindo que V. Exª a entendesse, foi também antecipando a minha compreensão em relação ao comportamento de V. Exª quanto às acusações dirigidas à Caixa.

Até aqui não temos tido debates. Estamos apenas versando sobre fatos.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Muito obrigado pela delicadeza de V. Exª

O SR. LEITE CHAVES — V. Exª disse que é comum a rejeição de orçamentos da Caixa ou de instituições financeiras pelo Banco Central. Houve outras vezes ou foram somente este caso e o anterior?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Não disse que era comum. Disse que a reformulação de orçamento é normal.

O SR. LEITE CHAVES — Já houve em anos anteriores?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Sim. No ano passado mesmo, no final do ano, houve reformulação de orçamento, ajustando-o à realidade. É coisa que acontece.

O SR. LEITE CHAVES — E a diferença entre o orçamento não aceito e o orçamento aceito deu 20 bilhões, como no atual?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Devo dizer que o novo orçamento ainda não foi aprovado. Foi encaminhado ao Ministro da Fazenda e está dependendo de aprovação.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Pediria a V. Exª que acrescentasse, na lista de documentos a serem apresentados posteriormente, uma cópia do orçamento de 1977, do original de 1978 e da revisão de 78. É possível?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Perfeitamente.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Agradeceria muito a V. Exª

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Esse orçamento está para ser aprovado. O aprovado efetivamente no dia 30 de janeiro foi este, cujo valor de recursos previstos é da ordem de Cr\$ 80.529.352.000,00. Esse é que foi aprovado no fim de janeiro. O outro acredito venha a ser aprovado agora na reunião do Conselho Monetário Nacional do dia 24 deste mês. É possível que esteja incluído já na pauta dessa reunião. Não posso afirmar.

O SR. LEITE CHAVES — Muito obrigado. Com seus dados ou com os dados que trouxe, V. Exª poderia informar qual o valor nominal dos empréstimos destinados às atividades referidas pelos jornais e que são: a aquisição do terreno do Forte, o valor destinado à realização do shopping center da UEB, o custo do painel e o valor da intervenção na ASA. Quais os valores nominais dos recursos da Caixa Econômica destinados a essas atividades?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Estas informações já foram dadas, mas serão repetidas.

O SR. LEITE CHAVES — V. Exª deu os valores destinados a Itaipu e outras atividades.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — O Diretor Léo Lynce de Araújo vai repeti-los para V. Exª

O SR. LEITE CHAVES — Gostaria que me repetissem somente o total.

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — Primeiro: Forte de Copacabana, 700 milhões de cruzeiros, pagáveis em dez trimestres. Darei os valores em UPC, porque trabalhamos com moedas...

O SR. LEITE CHAVES — Preferia que S. S^a desse em valores nacionais, o total do valor nominal do empréstimo.

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — UEB: 790 milhões iniciais, corrigidos ao longo do cronograma financeiro.
Placar: 13 milhões.

O SR. LEITE CHAVES — A ASA foi referida, mas — parece — não houve financiamento.

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — Certo.

O SR. LEITE CHAVES — Como é que a Caixa Econômica, então, assumiu o controle acionário, sem assumir o passivo?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — O Diretor Gil Gouvêa Macieira poderá dar esta informação a V. Ex^a

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — Foi feito um acordo de acionistas. Então, compramos um maço acionário do Grupo Eurico Fizer, por um preço a ser estabelecido através de auditoria, já em execução, a fim de se apurar o efetivo patrimônio líquido da empresa. Posteriormente, será dado o valor da ação, e a Caixa Econômica pagará ou receberá em função dessa apuração.

Permito-me adiantar a V. Ex^a que essa auditoria já está em plena verificação e que o perito desempatador é o Ministro Glauco Lessa.

O SR. LEITE CHAVES — Qual o interesse da Caixa Econômica em interferir nessa empresa?

O SR. ROBERTO SATURNINO — Desembolso deve ter havido, porque há créditos acumulados.

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — O agente financeiro da operação é o Banco do Brasil. Então, a empresa está trabalhando baseada no Banco do Brasil, que é quem está fornecendo os recursos necessários para que a empresa não fique parada.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Quer dizer, os créditos são do Banco do Brasil. A Caixa Econômica não tem nenhum crédito?

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — Por enquanto, não.

O SR. LEITE CHAVES — E por que a Caixa Econômica interferiu nessa atividade meramente comercial e industrial, que nada diz respeito aos seus Estatutos ou ao seu campo operacional?

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — Exatamente em razão do que já havia dito antes: por sermos agentes-financeiros do Governo, intervimos naquilo que o Governo entende necessário. E, efetivamente, era necessária essa intervenção, porque era uma empresa com 1.500 operários e praticamente parada.

O SR. LEITE CHAVES — A intervenção foi determinada pelo Conselho Monetário Nacional?

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — Não foi uma intervenção. Foi uma ...

O SR. LEITE CHAVES — Por quem foi determinada?

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — Foi determinada por autoridade superiores.

O SR. LEITE CHAVES — Mas qual?

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — O Ministério da Fazenda.

O SR. LEITE CHAVES — Então, V. S^a não tem sequer condições de saber o valor presumível dessa operação a ser futuramente realizada, uma espécie de operação aleatória?

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — Estaria antecipando-me aos auditores que estão efetuando esse trabalho.

O SR. LEITE CHAVES — Então a Caixa Econômica entra em operações sem de antemão saber quanto é que vai desembolsar pela responsabilidade que assume?

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — Evidentemente, temos a noção do que vai acontecer, mas, por enquanto, qualquer informação que se possa prestar desse tipo poderia prejudicar a auditoria, pois estaríamos prejulgando alguma coisa que ainda está sendo executada.

O SR. LEITE CHAVES — Sr. Presidente Ariovisto de Almeida Rego, gostaria de saber qual o número de propostas que existem na Caixa dependentes de atendimento. Não são financiamentos de hipotecas. Refiro-me aos financiamentos destinados à aquisição de casas, evidentemente que também com hipotecas. Não aquilo que a Caixa Econômica diferencia entre financiamento hipotecário e financiamento habitacional.

Quantas são as propostas que estão dependentes?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — O Diretor do Setor de Habitação e Hipoteca dará a resposta a V. Ex^a.

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — Não só temos dentro do Sistema Financeiro Habitacional como também do Sistema Hipotecário, unidade por unidade.

O SR. LEITE CHAVES — Só as habitacionais.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Em valor ou em números?

O SR. LEITE CHAVES — Em número de casas. Quantas propostas?

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — São 3.621 dentro do Sistema Financeiro Habitacional em andamento na Caixa Econômica.

No Sistema Hipotecário, são 7.611. Existem, na Carteira, com desenvolvimento normal, os seguintes valores que acabei de anunciar, desde Alagoas até Sergipe, por ordem alfabética, Unidade por Unidade.

O SR. LEITE CHAVES — A quanto montam esses valores?

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — Somam a 8 bilhões e meio com 7.700 ou seja, 16 bilhões e 200 milhões. Essas são propostas normais que tramitam pela Caixa Econômica, e vão ser atendidas ou não, dependendo da capacidade financeira, renda, quantidade, etc.

O SR. LEITE CHAVES — Considerando-se a soma dos valores destinados ao terreno do Forte de Copacabana, à UEB, ao Placar, à ASA, à Itaipu e àquelas outras entidades a que se referiu o Sr. Senador Roberto Saturnino, parece-me que a Caixa Econômica teria financiamentos para atender a todas essas proposições.

Portanto, fica comprovado que a Caixa Econômica paralisou essas atividades em razão de ter desviado dinheiro para outras finalidades.

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — Não desviamos recursos.

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — Vou-me permitir ler, para avivar a memória de V. Ex^a

O SR. LEITE CHAVES — Estamos raciocinando com os dados apresentados por V. S^s

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — Penso que V. Ex^a confundiu um pouco — se me permite — quando, talvez, não tenha atentado para os valores e as origens, principalmente. Vamos voltar.

Aeroporto do Rio de Janeiro, recursos do PIS administrados pela Caixa Econômica. Não fazem parte dos recursos da Caixa.

Itaipu — repasses do Banco Central.

Itaipu — operação de crédito externo, para a finalidade específica de transferir Itaipu.

DNER, também.

Rede Ferroviária — idem.

Banco Central e operações de créditos externos.

Então, essas operações não foram com recursos da Caixa Econômica.

O SR. LEITE CHAVES — Compreendo, mas — parece-me — a Caixa Econômica, nesse passo, compromete a sua credibilidade, porque, embora seja repassadeira, evidentemente Itaipu tão cedo não terá condições de fazer o pagamento. Nesse caso, a Caixa arcará com seus recursos e não com recursos do repassante.

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — Talvez para surpresa de V. Ex^a, todas essas contas estão em dia.

O SR. LEITE CHAVES — Sr. Presidente Ariovisto de Almeida Rego, outras perguntas haverão de ser feitas. Agradeço a presença de V. Ex^a e e seus Assessores.

Contudo, manifesto à Casa a minha surpresa da reiteração da procedência das acusações feitas pelos jornais em relação a esses financiamentos.

Não quero acusar que tenha havido desonestidade pessoal, mas, segundo o vulto em que se realizaram essas operações e pela forma como se realizaram, se ativeram inteiramente em fulcro que se coloca à margem da finalidade da Caixa Econômica, da sua alta finalidade social e econômica, custeadas com recursos populares e, sobretudo, fora das estritas disposições estatutárias.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. HELVÍDIO NUNES — Peço a palavra, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Senador Helvídio Nunes.

O SR. HELVÍDIO NUNES — Solicito a V. Ex^a, *data venia*, que discipline os nossos trabalhos, porquanto são vários os que desejam fazer perguntas, e, se o prazo de cada debatedor for ilimitado, não poderemos cumprir outros compromissos que temos na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — A Presidência esclarece que o Sr. Presidente da Caixa Econômica coloca-se à disposição dos Srs. Parlamentares sem limitação de tempo. Portanto, a Presidência assegurará a todos os senadores a palavra pelo tempo que cada um deseje dela fazer uso.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — V. Ex^a permite? Apenas uns esclarecimentos que deseja prestar o Diretor-Financeiro sobre o problema de orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — Antes de dar a palavra ao senador em seguida inscrito, ouviremos o Diretor-Financeiro da Caixa Econômica, Dr. Rogério Luz Coelho, para um esclarecimento a respeito da matéria que vem sendo debatida.

O SR. ROGÉRIO LUZ COELHO — Esclarecimento sobre a aprovação dos orçamentos da Caixa Econômica Federal de 1977, a sua reformulação e o orçamento para o exercício de 1978.

Esses orçamentos não foram rejeitados pelo Conselho Monetário Nacional. Foram aprovados na sessão de 30 de janeiro de 1978. O orçamento foi apresentado, para aprovação do Conselho, via Ministério da Fazenda, no dia 16 de dezembro de 1977, portanto dentro do prazo hábil. Sua reformulação foi por iniciativa da própria Caixa Econômica Federal. Após a sua apresentação em 2 de fevereiro, é que sofreu uma perda substancial em seus depósitos, o que mereceu, então, uma reformulação do orçamento, tendo em vista essa perda de depósito líquida de três bilhões de cruzeiros. No orçamento constava treze bilhões. Trata-se de perda de recursos da ordem de seis bilhões de cruzeiros.

Eram estes os esclarecimentos que desejava prestar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — Com a palavra o nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente da Caixa — Ariovisto Marcos de Almeida Rego, antes de mais nada, minha saudação, porque V. Ex^a, realmente, na minha cidade de Juiz de Fora, foi funcionário que deu grande contribuição, na época, à solução do

problema do abastecimento de água dessa cidade mineira. É um prazer ver um funcionário como V. Ex^a dirigir a Caixa Econômica Federal. É pena que essa direção não tenha sido desde o início do atual Governo Federal.

Pergunto ao nosso Presidente Ariovisto Marcos de Almeida Rego: os principais haveres, não os monetários, no Sistema Financeiro, cresceram ou não em 1977?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — O problema já está saindo fora do ponto específico da Caixa Econômica Federal.

O SR. ITAMAR FRANCO — Não, e vou dizer a V. Ex^a porque não está. Do relatório do Banco do Brasil, publicado no *Diário Oficial*, retirei o seguinte:

“Os principais haveres não-monetários no Sistema Financeiro Nacional” — números do Governo Federal, não da Oposição — “cresceram 55% em relação a 1976. Contribuíram para isso os depósitos a prazo fixo e as cadernetas de poupança, respectivamente com 75,9% e 65,7%.”

Então, quando V. Ex^a explanou o déficit da Caixa Econômica Federal em relação a certas previsões, sobretudo agora, nos dois primeiros meses, estranhei, porque os haveres não-monetários, dados pelo próprio relatório do Banco do Brasil, demonstram crescimento muito grande. Já que 50% da poupança é obtida pela Caixa Econômica Federal, estranho esta não-previsão, em relação a 1978, da diminuição dos seus empréstimos.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — O nosso Diretor-Financeiro pode responder a V. Ex^a

O SR. ROGÉRIO LUZ COELHO — Se V. Ex^a me permite, tentarei esclarecer o problema do crescimento da poupança e o aumento dos recursos líquidos da caderneta de poupança.

No ano de 1977, a previsão orçamentária estava estimada em torno de quatorze bilhões, cento e cinquenta e um — crescimento líquido —, tendo em vista o comportamento tradicional que vinha tendo a caderneta de poupança na Caixa Econômica Federal durante toda a sua existência. Esse comportamento não se realizou durante o ano de 1977. O aumento líquido foi da ordem de dez bilhões e oitocentos e noventa e oito, o que exigiu uma reformulação do orçamento, e isso já no mês de junho, para ser apresentada no mês de outubro, e em dezembro submetida à aprovação do Ministério da Fazenda e do Conselho Monetário Nacional.

Foi necessária uma adaptação, porque os grandes recursos da Caixa Econômica Federal provêm da caderneta de poupança. Houvesse uma reformulação na área correspondente às operações corrigidas, como as chamamos, e que são os empréstimos habitacionais, do Sistema Habitacional mais o Hipotecário.

Foi só esta a modificação. Fora superestimado o crescimento da poupança no orçamento. Não obstante, a Caixa Econômica Federal realizou, executou e aplicou todos os recursos carreados da poupança no ano de 1977.

O SR. ITAMAR FRANCO — Então V. Ex^a estaria contraditando...

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Só para acrescentar.

Tenho aqui um mapa, cuja fonte é o Banco Nacional da Habitação. Não entrarei na apreciação de publicações relacionadas a assuntos que não se referem, especificamente, ao problema da Caixa Econômica Federal. Assim, apenas destacaria o problema de caderneta de poupança.

Período	
1/1/1975 a 31/10/1975	51.650.000,00
1/1/1976 a 31/10/1976	99.000.000,00

O saldo em final de período, quer dizer, de:

1/1/1977 a 31/10/1977	173.384.000,00
Caixa Econômica Federal	85.307.000,00
Sociedades de crédito imobiliário	43.550.000,00
Associações de poupança e empréstimos	10.336.000,00
Caixas Econômicas Estaduais	34.191.000,00
Esta, a variação do período:	
78,6 no primeiro período de 1975	
80,7 no primeiro período de 1976	
58,3 no primeiro período de 1977.	

O declínio — como vemos — ocorreu, realmente, no ano de 1977. Houve um declínio. Não se diga que aqui não tivessem entrado valores substanciais, mas não na mesma proporção que anteriormente.

O SR. ITAMAR FRANCO — Permita-me. V. Ex^a disse que eu trouxe um dado que não interessa. Evidentemente, que interessa.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Não disse isso. Por favor, seria incapaz de fazê-lo. Não poderia responder com uma descortesia a V. Ex^a, que foi tão gentil ao se referir à minha pessoa. V. Ex^a entendeu mal, não foi isso que quis dizer, e sim que me fixaria no valor que dizia respeito ao caso específico da Caixa Econômica Federal.

O SR. ITAMAR FRANCO — Exatamente, Sr. Presidente. Se tiro, por exemplo, do relatório do Banco do Brasil, que é um relatório oficial, se obtenho lá que os principais haveres não-monetários deste País cresceram 55% de 1976 para 1977, e o Banco do Brasil fixa que esse crescimento foi mais em função, primeiro, do depósito a prazo fixo e da caderneta de poupança, estabelecendo, inclusive, o percentual desse crescimento das cadernetas de poupança, cresce de 1976 para 1977, como sei que a Caixa Econômica obtém, praticamente, 50% desses recursos, evidentemente tenho que estranhar que a Caixa Econômica Federal esteja sem recursos, em função das observações preliminares de V. Ex^a

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Desculpem-me a interrupção, quando o Dr. Rogério Luz Coelho estava falando. S. S^a continuará a dar os esclarecimentos.

O SR. ROGÉRIO LUZ COELHO — Passo às mãos de V. Ex^a o gráfico do comportamento da poupança no ano de 1977.

O SR. ITAMAR FRANCO — Vou-me permitir, depois, passar as mãos de V. Ex^a, o relatório do Banco do Brasil.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Muito obrigado, nobre Senador.

O SR. ROGÉRIO LUZ COELHO — Tivemos uma queda em abril de 1977, em torno de 15%. Vamos estabelecer o prazo de 1º de janeiro como 100%. Se adotarmos, pelo gráfico, a posição de outubro da última correção, seria 70% de redução no sistema. Deve-se também — e está aqui —, ao problema das correções trimestrais. Partindo-se de uma grande correção no segundo trimestre, de 11,34, inclusive juros, dá a média de meio por cento ao mês, que seria 1,45%, e houve 1,46%, conforme a correção. Passamos ao último trimestre do ano com a remuneração de 6,45. Então, o que houve foi evasão dos recursos da caderneta de poupança.

O SR. ITAMAR FRANCO — Evidentemente, não vamos continuar a divergir, porque perturbaríamos os outros Senadores e Deputados.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Estou dando a posição do que aconteceu na Caixa.

O SR. ITAMAR FRANCO — Vou realmente examinar os dados que V. S^a me está fornecendo e os cotejarei com o relatório do Banco do Brasil, porque vejo uma contradição na informação. Não vamos discuti-la neste instante, pois que — como já disse — estaríamos perturbando os outros Senadores e Deputados.

Pergunto ao Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal: quanto coube à Caixa Econômica Federal dos resultados da Loteria Esportiva, como executora desse serviço em 1977, e como foram aplicados?

O SR. ROGÉRIO LUZ COELHO — Conviria dar uma explicação do mecanismo, porque teria de fazer a análise do balanço. Seria, quem sabe, mais interessante jogarmos os recursos para o ano de 1978, se V. Ex^a quer saber o acontecido e o que vai acontecer.

Temos a administração das Loterias, em que a Caixa guarda o percentual de administração. Temos retenções, que são os recursos a custo "zero", que são aplicados na área do FAS e que correspondem a 2,5% da Loteria Esportiva e 8,125% da Loteria Federal, mais a que era destinada, antigamente, à quota da Previdência, de 1%. A retenção, então, seria em torno de seiscentos e trinta milhões para o orçamento de 1978.

O SR. ITAMAR FRANCO — Só esses recursos da Loteria permanecem na Caixa?

O SR. ROGÉRIO LUZ COELHO — Só.

Temos os recursos não restituíveis sobre a renda líquida da Loteria Esportiva e também da Loteria Federal, que correspondem a uma estimativa de transferência aos Ministérios da área social, da ordem de um bilhão e trezentos e vinte e cinco, e mais o que chamamos de desdobramento de Centros Sociais Urbanos, que correspondem a quinhentos milhões de cruzeiros, perfazendo um total de um bilhão e oitocentos e vinte e cinco. São recursos não-restituíveis. São repassados de imediato, logo que os arrecadados, às áreas sociais.

O SR. ITAMAR FRANCO — Brasília continuará a ter tratamento especial, em relação aos financiamentos.

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — No dia primeiro deste mês, serão reabertos todos os financiamentos, de qualquer natureza, com exceção de imóveis usados, de modo que qualquer pleito dos empresários e pessoas físicas já estão sendo prontamente atendidos.

O SR. ITAMAR FRANCO — E em relação ao País, quando esses empréstimos serão reabertos?

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — O Presidente não está aqui, mas tenho a impressão de que no correr do mês de maio a Caixa estará restabelecida para receber qualquer proposta.

O SR. ITAMAR FRANCO — Pergunto ainda a V. S^a: para atender apenas aos pedidos antigos ou recebendo, também, os pedidos novos?

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — Já temos o fluxo de caixa necessário para atender não só aos pedidos em andamento, como também para receber os novos. Por exemplo, nobre Senador, o financiamento para construção evidentemente não depende de desembolso imediato. Vamos observando um cronograma ao longo do tempo. Não é exatamente um pagamento *cash*. A Caixa já tem a previsão necessária para estar em condições de receber propostas novas a partir do mês de maio.

Temos programas novos a ser anunciados, altamente sociais. Na oportunidade de pergunta de um Senador, gostaria de falar sobre as soluções habitacionais que atendam à realidade brasileira.

O SR. ITAMAR FRANCO — Então, a partir de maio, provavelmente esses empréstimos serão reabertos para todo o País.

O SR. ROGÉRIO LUZ COELHO — Acredito que sim. Permita-me um esclarecimento em relação às aplicações em Brasília.

Para esse atendimento, a Filial de Brasília trabalha dentro dos seus recursos. Não se repassa nenhum recurso de Brasília em outra área do País. A Filial de Brasília funciona dentro dos seus próprios recursos.

O SR. ITAMAR FRANCO — Por isso que perguntei se o tratamento especial em relação a Brasília não seria alterado.

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — Não precisa. A Filial de Brasília tem recursos próprios para isso.

O SR. ITAMAR FRANCO — Outra pergunta: a Caixa Econômica Federal participou, de alguma forma, da possível compra, pela Vale do Rio Doce, do Campo do Botafogo, no Rio de Janeiro?

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — A Caixa, efetivamente, participou, de uma forma muito usual no ramo imobiliário, a chamada retrovenda ou possibilidade de arrependimento da compra.

O Botafogo, como todos sabem, estava atravessando uma fase muito difícil. Necessitava de recursos a curto prazo e não tinha condição alguma de poder realizar essa operação através de empréstimo, porque não tinha possibilidade de pagamento. Então, o que se fez foi plenamente justificado na época, porque o terreno se prestava a uma construção de uso da própria Caixa. Foi feita uma promessa de compra do Campo do Botafogo, com uma cláusula de arrependimento por cento e vinte dias. Essa possibilidade de arrependimento foi efetivada, quando o Botafogo negociou com a Vale do Rio Doce. Houve uma promessa de venda.

O SR. ITAMAR FRANCO — Seria possível uma informação de como está o problema hoje?

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — Hoje, para nós da Caixa, o problema está solucionado, porque a operação foi liquidada, vez que a Vale do Rio Doce deu recurso ao Botafogo para que ele exercesse o direito de arrependimento que possuía. Ele o exerceu. Pagou à Caixa...

O SR. ITAMAR FRANCO — Recurso da Vale do Rio Doce ao Botafogo?

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — Quem nos pagou foi o Botafogo, que era o nosso devedor. Possivelmente a Vale do Rio Doce fez com ele um instrumento de adiantamento de recursos necessários, quanto bastasse para a liquidação da dívida. Não sabemos. O Botafogo, que era o nosso devedor, nos pagou. Só não me lembro se foi em cheque ou em dinheiro.

O SR. ITAMAR FRANCO — V. S^a disse que a Vale do Rio Doce havia repassado esse dinheiro ao Botafogo...

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — Acredito que sim. Presumo-se, se não tenho dinheiro e vou vender, alguém me dá dinheiro...

O SR. ITAMAR FRANCO — A Caixa lucrrou alguma coisa com essa operação?

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — Absolutamente. Também não perdeu, Senador.

O SR. ITAMAR FRANCO — A última pergunta é dirigida ao Sr. Presidente Arioivisto de Almeida Rego.

Na sua explanação, V. Ex^a disse que deverá enviar, em breve, algumas sugestões ao Ministro da Fazenda. Poderia V. Ex^a adiantar quais seriam essas sugestões?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Não temos, realmente, uma idéia sobre a reunião de recursos para esse entendimento. Ainda está sendo analisado. Talvez fosse adiantar uma informação que poderá ser modificada posteriormente. Não temos certeza ainda. Estamos fazendo consultas, solicitações de informações. O que posso dizer é que temos elementos muito bons debruçados sobre o programa e esperamos conseguir uma solução qualquer. Fiquei muito impressionado ao examinar as solicitações que estão sendo feitas na área do Diretor Gil Macieira, porque são providências de que o País necessita.

Citei, por exemplo, o número de leitos hospitalares existentes. Sei que não são suficientes. Citei o número de matrículas, que também sei não são suficientes. Temos 60 Centros Sociais Urbanos já construídos, há 211 em construção e outros ainda em projeto. Tudo

isso são necessidades muito grandes do País e, sinceramente, tenho um desejo enorme de poder atender.

Desta forma, vamos fazer todo o possível para encontrar uma forma de atendimento, não a tudo, pois sei que neste ano é impossível atender a este montante. Entretanto, ativaremos o atendimento. Haveremos de conseguir recursos para conseguir atender aos reclamos em maior grau. Só que não poderá ser com os recursos da própria Caixa. Isso é impossível. A Caixa já canaliza para o programa recursos seus. Não pode canalizar em maior escala. Estamos estudando o assunto. Inclusive recebi uma recomendação do Ministro Mário Henrique Simonsen, para que ativasse esses estudos, pois S. Ex^a tem pressa deles.

Quanto à pergunta de V. Ex^a lamento não poder respondê-la. Apesar de querer fazê-lo, não posso, não devo.

O SR. ITAMAR FRANCO — Então, vou-me permitir substituir a pergunta. Quem sabe se V. Ex^a não poderia pelo menos dar o dia exato em que a Caixa pretende reabrir os financiamentos.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Os financiamentos não estão paralisados. Suponho que V. Ex^a se está referindo à hipoteca e habitação.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sei que em relação a Brasília continua, como já foi explicado. Há uma expectativa para maio.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Todos estão sendo atendidos. Tínhamos muitos processos em tramitação. Há processos que estão na dependência de documentação que deve ser reunida. Às vezes, a Caixa age até com rigor exagerado, mas o faz na defesa dos recursos que emprega e na própria defesa do comprador. Muitos processos em curso estão sendo instruídos. A Caixa já está atendendo a todos esses pedidos.

O SR. ITAMAR FRANCO — E recebendo novos?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Está atendendo pedidos já recebidos. Acredito tenhamos condições, possivelmente nos fins ou na segunda quinzena de maio, de receber novos pedidos. Acredito que sim. É claro que não vamos poder atender imediatamente. Estarão sujeitos, também, a essa instrução, à apresentação de certidões, enfim, de toda essa documentação necessária.

O SR. ITAMAR FRANCO — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — Concedo a palavra ao Senador Virgílio Távora.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Sr. Presidente Arioivisto de Almeida Rego, Srs. Diretores da Caixa, inicialmente — nós que sintéticos somos muito nas apreciações e principalmente nos elogios — diremos que muito mais que explicação, a explanação dada por todos os Senhores, a nosso ver, foi exaustiva, e, além de exaustiva, apropriada, porque com a ênfase com que ontem, em plenário do Senado, foram afirmados fatos pertinentes à Caixa Econômica Federal, só mesmo o comparecimento do seu Titular maior...

O SR. ROBERTO SATURNINO — Ontem no plenário foram fatos?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Um momento, que já será tocado o assunto. A nobre Oposição é sempre muito sófrega.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Não. Estou apenas curioso, porque estava no plenário.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Então, diremos, a primeiro, retomando, que foi absolutamente pertinente palavras textuais do discurso que temos em mãos — que

"A imprensa noticia que o Governo vai repassar recursos, poupança... para cobrir os estouro das aplicações da CEF no ano passado."

Em linguagem comum, atingir quem V. Ex^a sabe.

Não houve, então, conforme aqui bem explicado, estouro de aplicações no ano passado. Bem disse V. Ex^a — e estamos repetindo, para ver se o entendemos — um descenso de 5 bilhões naquilo que era estimativa de receita, portanto, devido a um acompanhamento atencioso, cuidadoso, mês a mês, também uma restrição de 5 bilhões nas aplicações.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Certo.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Portanto, é inexato que tenha havido estouro, e muito menos que tenha havido déficit.

Não houve estouro, porque justamente o que se fez foi a execução, rigorosamente, de um orçamento, em que aplicações, de um lado, e recursos, de outro, ficaram extraordinariamente balanceados.

Segundo: também parece-nos que V. Ex^a disse, e aqui já o sabemos, e com sua autoridade houve por bem repetir, que não foi rejeitado o orçamento da Caixa pelo Conselho Monetário Nacional. Esse orçamento foi aprovado a 30 de janeiro de 1978, apresentado que havia sido ao CMN no dia 16 de dezembro de ano passado. A reformulação atualmente procedida o foi por iniciativa da Caixa.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Perfeito.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Então, mais uma vez ficou provado, também por afirmativa de V. Ex^as, que as operações, aqui denominadas atípicas da Caixa, foram feitas não com recursos dela, mas com recursos de repassos ao crédito externo. E essas, como o Governo não tem nada a esconder, foram da ASA, da ITAIPU — Binacional, do DNER, da Rede Ferroviária Federal.

O SR. ITAMAR FRANCO — E a do Campo do Botafogo?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Já foi aqui bem explicado que o Campo do Botafogo foi mão de ida e mão de volta. Mais ainda, quando aqui feita atordoada, temos que ver a ordem de grandeza do que a Caixa fez, os números apresentados aqui — e já pedimos ao nosso amigo Macieira que nos desse tudo bem escrito — dão a ordem de grandeza das grandes operações atípicas feitas pela Caixa, que é aquela a que nos estamos referindo.

Terceiro: é inútil dizer que, como nordestino — não sendo pernambucano, com a permissão do Presidente da Comissão — aplaudimos, não só nós, como todo o Nordeste, o apoio dado à ASA, que é a grande companhia que fornece os sonhos que temos de contar com um parque de indústria de base naquela Região tão sofrida, máxime quando a Caixa Econômica foi o instrumento de que o Governo se valeu para que tal procedimento pudesse ser levado a bom termo.

Finalmente, Sr. Presidente Ariovisto Almeida Rego, gostamos muito da ênfase com que V. Ex^a contestou formalmente acusações que não aparecem. Aquelas já vinculadas vieram por V. Ex^a perfeitamente sendo, uma por uma, esmiuçadas na exposição feita. Agora, através de acusações vagas, sobre o estouro — e demonstrando que não houve — e, por causa disso, com antecedência, uma das boas figuras jovens públicas que apareceu nesta República saiu da Caixa antes do estouro, repetimos as palavras textuais se não houve estouro, vê V. Ex^a que a base da acusação formada é justamente pela paixão política.

O SR. ROBERTO SATURNINO — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Pois não. V. Ex^a sempre nos apartou, porque não iria fazê-lo agora.

O SR. ROBERTO SATURNINO — É que V. Ex^a insiste na contestação à palavra usada ontem no plenário — “estouro”...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Não foi estouro. Toda a Direção da Caixa, mostrou, por a + b, que não houve estouro.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Compreendi muito bem a indignação do Presidente Ariovisto de Almeida Rego quando repeliu

essa palavra, que realmente pode prejudicar — digamos assim — a imagem, o conceito que a Caixa tem diante do público. Mas um fato é inegável — o orçamento foi aprovado, em 30 de janeiro, com uma receita prevista de 80 bilhões; dois meses depois, verifica-se que essa previsão estava errada em cerca de 20%.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Superestimada.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Superestimada. Assim mesmo com um acompanhamento que era cuidadoso, que era feito mês a mês, dia a dia, conforme anunciado nesta Comissão, e que essa redução de perspectiva, de previsão de arrecadação tenha resultado praticamente numa redução igual no programa de aplicações no setor habitacional da Caixa, isto é, redução em 1976, de 80 para 14 bilhões, exatamente aquela que incidiu — digamos — na redução da contração do programa habitacional de 14 bilhões.

Tudo isso revela fatos que me deixam realmente perplexo.

Para não utilizar a palavra “estouro”, que tanto atinge a sensibilidade de V. Ex^a e compreensivelmente a do Presidente da Caixa, insisto em que essa divergência tão grande, tão expressiva, em tão curto espaço de tempo, e resultando na contratação de um programa que realmente atende a dezenas de milhares de pessoas que dependem do atendimento de suas solicitações para terem a sua casa própria, isso me deixa realmente preocupado e me leva naturalmente ao uso de expressões veementes, como esta que V. Ex^a está condenando. V. Ex^a não está condenando a preocupação nem a crítica da Oposição em relação ao fato, e sim a palavra “estouro”. É o que eu deparei de tudo que V. Ex^a disse até agora.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Sr. Presidente Ariovisto de Almeida Rego, não repare, porque justamente o Senador Saturnino e eu parece que nos divertimos sempre em ter opiniões diferentes. Um respeita a do outro.

Pelo que no discurso de ontem aparecia, a palavra que tanto incomodou realmente, pela forma não muito cortês com que apresentada, poderíamos dizer a V. Ex^a que o que está aqui é uma condenação total à antiga Direção da Caixa — não vamos trocar isso em miúdos — e baseado em que a acusação fundamental é que havia um estouro, e em função disso, teria que ser reformulado — está escrito aqui.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Permite V. Ex^a Esta acusação ainda persiste.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Não, perdão!

O SR. ROBERTO SATURNINO — Persiste, porque, dependendo do exame que faremos dos orçamentos, pode ter havido um excesso de comprometimento no ano passado em relação ao que deveria ter sido uma previsão realista e que motivou exatamente essa contração de 14 bilhões no programa habitacional deste ano.

Esta, a acusação que se fez.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Aí entra a contradição de V. Ex^a

O SR. ROBERTO SATURNINO — Nenhum de nós aqui pode sustentar esta acusação antes de examinar mais profundamente os dados, os elementos que estamos pedindo. Mas também dizer que esta acusação foi completamente respondida ou destrocada — permita V. Ex^a — também não vou concordar.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Se houve um excesso de comprometimento no ano passado — e não houve —...

O SR. ROBERTO SATURNINO — Excesso de comprometimento em relação à...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — ... neste ano, ao contrário, o interesse da Caixa Econômica era fazer um orçamento ainda maior e apelar para todos os recursos necessários, para poder cobrir a parte do comprometimento deste exercício.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Não. Excesso de comprometimento em relação aos recursos disponíveis. É óbvio.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Se fazemos justamente uma reformulação de orçamento, descendo a receita, estamos contradizendo justamente tudo que V. Ex^a aqui quer saber.

O SR. ITAMAR FRANCO — Permite V. Ex^a?

Em relação ao relatório do Banco do Brasil, ouvi contradição à afirmação de que houve uma diminuição de captação na caderneta de poupança. O Banco do Brasil afirma que esses bens aumentaram, sobretudo em relação à caderneta de poupança.

Como é que se pode explicar isto? Está certa a Caixa ou está certo o Banco do Brasil?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — O que se pode dizer claramente é que a Caixa tem um sistema de controle financeiro, e sabe justamente o que entra e o que não entra na sua Tesouraria. Quando a Caixa afirma que houve isto, para V. Ex^a destruir a afirmativa aqui tão enfaticamente feita é preciso que vá compondo em dúvida os dados apresentados, vá fazendo a auditagem da Caixa.

O SR. ITAMAR FRANCO — Eu não, Excelência. O Banco do Brasil que a destrua. É o Banco do Brasil que diz, não sou eu.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — O ônus da prova cabe à acusação. E aqui a acusação parece que está simples. Isto que dizemos a V. Ex^a a Direção da Caixa vem aqui e afirma: "Tivemos uma execução orçamentária, no ano passado, rigorosamente acompanhada ou, como chamamos na gíria, a zero, isto é, sentimos, *opportuno tempore*, que havia uma diminuição de receita e controlamos os nossos investimentos de maneira que também houve aplicações, operações de menos. Um e outro, cinco bilhões de cruzeiros.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Aplicações não poderiam ter havido demais, mas comprometimento sim, e comprometendo a execução elementar...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — E se havia esses comprometimentos tão grandes como V. Ex^a fala, eminente Senador, a Caixa, *contrario sensu*, em 1978, teria que procurar aumentar ao máximo o seu orçamento, e não procurar diminuir ou fazer uma reformulação realística, como fez, diminuindo, porque havia era um aumento de comprometimento...

O SR. ITAMAR FRANCO — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Sr. Presidente, já abusamos muito da bondade de V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — Aproveitando a oportunidade da presença do Presidente da Caixa e de seus Assessores, esta Presidência encarece aos Srs. Senadores que levantem as indagações que julgarem cabíveis, aguardando, para oportunidade posterior, apreciações controvertidas e pessoais a respeito da explanação feita. Tenho a impressão de que, para maior rendimento dos trabalhos da Comissão e melhor aproveitamento da presença do Presidente da Caixa, talvez fosse de melhor alvitre que, em vez de se fazer apreciações de ordem pessoal, sobretudo controvérsias entre vários senadores, se fizessem o levantamento de questões em relação à exposição apresentada e à formulação de novas perguntas.

Continua com a palavra o Senador Virgílio Távora.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Eminente Senador, o que afirmamos aqui é justamente o necessário para espancar dúvidas que fariam no espírito principalmente daquelas pessoas menos...

O SR. ROBERTO SATURNINO — Cabe ao Presidente da Caixa, e aos seus Diretores, espancar essas dúvidas, e não a V. Ex^a. Na medida em que V. Ex^a faz esse tipo de observação, me obriga a interferir. Se V. Ex^a fizesse indagações, eu não interferiria. No entanto, à medida que V. Ex^a procura complementar, suplementar ou enriquecer mais as respostas da Direção da Caixa, me sinto obrigado a interferir também.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Por uma razão muito simples, porque V. Ex^a é o eminente Líder da Oposição, máxime para esses assuntos econômico-financeiros, e a nós cabe idêntica função, da parte do Governo. Então, gostamos de deixar bem explícito determinados pontos...

O SR. ROBERTO SATURNINO — Por quê? O depoimento do Presidente da Caixa não teria deixado bem explícito isso. Por que V. Ex^a se sente obrigado a reforçar?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Pelas perguntas de V. Ex^a, parecia que não. V. Ex^a acusa estouro...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — A Presidência apela, uma vez mais, para que os Srs. Senadores aproveitem a oportunidade da presença da Direção da Caixa Econômica para fazer as indagações que julguem cabíveis, e deixem as suas próprias apreciações para outra oportunidade, no próprio plenário, quando então, a matéria poderá ser exaustivamente debatida.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Verá V. Ex^a como a Maioria, cooperativa, vai atender ao pregão de V. Ex^a, e não vai falar mais. Vai justamente dar-se por bem sucedida, apenas que o Presidente da Caixa Econômica explique realmente o prazo que teria para essas providências outras que ainda mais aliviaria a situação da Caixa. Qual a sua idéia deste prazo? Com isto estaríamos satisfeitos.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Suporto que os ilustres Senadores estão-se referindo ao FAS. Acredito que mais uma semana e esse trabalho deverá estar pronto, então será encaminhado ao Sr. Ministro da Fazenda.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Satisfeito. A Maioria louva a liberalidade da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — Com a palavra o nobre Senador Murilo Paraíso.

O SR. MURILO PARAISO — Srs. Membros da Diretoria da Caixa Econômica, inicialmente apresento-lhe minhas escusas por ter tido necessidade de me ausentar desta reunião.

Reportando-me ao início da explanação do Sr. Presidente da Caixa, em que S. Ex^a fazia ver que acusações infundadas, até de certo modo procurando hostilizar a Diretoria da Caixa, deixavam mágoas profundas naqueles que dirigem a Caixa Econômica Federal. Endosso, plenamente, esse sentimento e digo, justificando o fato, que, à semelhança do que ocorre no futebol brasileiro, de que todo mundo é técnico, todo o Brasil se considera capaz de administrar coisa pública e sistematicamente critica os erros das administrações, sem contudo mergulhar nas razões que levaram a determinadas soluções.

Em princípio, acredito piamente nos propósitos e na lisura daqueles que dirigem a Caixa Econômica Federal, razão porque me alinho entre os que defendem a integridade da Instituição.

Todavia, gostaria de receber da Diretoria da Caixa as devidas explicações sobre alguns problemas, não com o propósito de infundir suspeitas de acusar, mas, sim, com o propósito de esclarecer a opinião pública que, às vezes, até nos indaga sobre supostas falhas. Esta a oportunidade de receber da Diretoria, principalmente através da sua Presidência, alguns esclarecimentos. Por exemplo: aqueles que fazem o Plano dos Centros Sociais Urbanos queixam-se de que a CEF dispõe de cerca de 400 milhões de cruzeiros de seus depósitos e que as liberações são feitas parcialmente com recursos específicos a Fundo Perdido do Governo Federal, entre os quais, essa parcela de 400 milhões. Por seu turno, a Caixa não tem liberado com frequência, certamente pelas dificuldades que vem enfrentando para oferecer a sua contrapartida.

Indago: para evitar houvesse conseqüências desastrosas junto àquelas empresas que estão aplicando recursos, não seria a hora de a Caixa utilizar, maciçamente, os recursos federais de que dispõe, deixando o pagamento de sua contrapartida para ocasião mais oportuna?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Tive muita preocupação com o problema dos Centros Sociais Urbanos. Por isso mesmo, constantemente solicitava informações a respeito ao Diretor-Financeiro. A informação que S. Sr me deu, vou repetir aqui.

O SR. ROGÉRIO LUZ COELHO — Como dinheiro não se mistura, criamos recursos estanques, recursos de Fundo Perdido, principalmente, os que vêm da União. Mantemos um controle à parte, tanto daquilo que é enviado através da Secretaria de Planejamento, como a injeção de recursos da própria Caixa. Colocamos os recursos à disposição da área de Fundos de Programas, área operacional competente para essa finalidade.

No dia de hoje, temos, à disposição dos Centros Sociais Urbanos e a Fundo Perdido, saldo da ordem de 388 milhões, e mais 30 de financiamentos já liberados para esse fim.

Então, depende do próprio mecanismo do deferimento do empréstimo, e não do recurso.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Estas informações serão complementadas pelo Diretor de Fundos de Programas, que é o executor da política.

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — Nobre Senador, afora as explicações da área financeira, também desejo prestar alguns esclarecimentos.

Como todos sabem, trata-se de programa de âmbito nacional. Lidamos com todos os Estados e com grande quantidade de Municípios. Temos tido alguns problemas, notadamente quanto à legitimidade do terreno em que estão sendo construídos os Centros Sociais Urbanos.

Como tem acontecido, e mui frequentemente na Região do Nordeste, os contratos celebrados com as empresas construtoras muitas vezes não obedecem a determinadas regras preestabelecidas para o próprio Estado e o próprio Município. Assim, feita a concorrência, muitas vezes a obra já iniciada, e o contrato não está registrado. Esse fato determinava uma diferença inicial de aporte de recursos.

Muito embora esses recursos sejam a Fundo Perdido, e não recursos da Caixa, temos a obrigação de bem aplicá-los. Em consequência, fazemos uma fiscalização bastante rigorosa, para que os recursos reservados aos Centros Sociais Urbanos não se destinem à construção de uma estrada ou ao conserto de uma escola, embora obras altamente sociais.

Por conseguinte, a aplicação dos recursos tem fiscalização muito efetiva, procedimento esse que, por vezes, pode determinar um atraso. Mas essa posição já está sendo reestudada pelo Dr. Marcos Vilaça, que é o coordenador do Programa.

Notadamente no Estado de V. Ex^a, Pernambuco, temos agilizado bastante o Programa. Estamos praticamente com um atraso de apenas 30 a 35 dias nos Centros Sociais Urbanos de Pernambuco.

O SR. MURILO PARAISO — A segunda pergunta envolve, de certo modo, o debate que ocorreu há pouco, a respeito do estouro orçamentário, ou não.

O orçamento de uma entidade está sempre sujeito às habituais e necessárias revisões, a fim de atualizá-lo com a realidade, pois que, em suma, orçamento é uma previsão.

Dois fatos podem ter ocorrido — a disparidade entre receita e despesa, um excesso de aplicação, que não é o caso, em face do curto período que foi necessário para fazer a revisão orçamentária; ou, então, brusca queda da receita. Parece-me ter sido este fato.

Se houve um fato determinante na redução substancial da captação de recursos, através da caderneta de poupança, me parece que as medidas que o Presidente anunciou que serão apresentadas, a título de sugestão, ao Ministério da Fazenda, poderiam sumariamente ser sintetizadas numa só — a simples revogação das causas determinantes da redução, tão apreciável, da captação de recursos.

Esta providência não seria bastante para normalizar a situação da Caixa no que tange à sua receita?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Também tenho a preocupação, de reduzir, no caso, o comprometimento da Caixa no programa. Trata-se de programa de tal envergadura que a contribuição não pode ser somente da Caixa. Vários órgãos deverão ser chamados para atender às necessidades do País.

Vejam a composição dos 6 bilhões, a que já me referi, para atendimento do FAS. A Caixa lhe destina um bilhão de cruzeiros, que representa quanto deveria pagar como imposto sobre a Renda. Portanto, é a Caixa que contribui com essa quantia. Como possui recursos do Governo Federal, depósitos à vista, mas sem juros, a Caixa arbitra uma importância, estabelece um valor correspondente a esse saldo médio, considera, por exemplo, como tivesse que pagar 30% de juros em um ano, e canaliza esses recursos para o FAS. Não há uma obrigação legal para que o faça. Constitui uma contribuição da própria Caixa. Neste ano, por exemplo, estimamos que essa importância deve chegar a 770 milhões de cruzeiros. Temos ainda valores da Loteria Federal e da Loteria Esportiva. Dão 630 milhões de cruzeiros. É a estimativa para este ano, mais 700 milhões de verba orçamentária.

A única verba real que dispõe para esse fim é de 700 milhões de cruzeiros, o que dá um total de 3.100 milhões. Ora, como iríamos compor essa importância com 10 milhões de cruzeiros? Teríamos, necessariamente, de sobrecarregar extraordinariamente o nosso orçamento, a ponto de prejudicarmos outras atividades.

Assim, vamos dar, a título de empréstimo, ao FAS 2.900 milhões de cruzeiros, valor esse conseguido a título de empréstimo, pois é dinheiro sobre o qual temos que pagar também. Com isso dará exatamente a soma de 6 bilhões de cruzeiros.

Outros órgãos deverão ser chamados para contribuir, porque é obra de grande envergadura, de interesse nacional. Sinceramente, não há instituição que não sinta orgulho por contribuir para obras de grande porte no País inteiro, e desta forma ajudando na solução dos problemas das populações carentes de tantas coisas. Prestamos essa ajuda, essa contribuição com enorme satisfação íntima. Pudéssemos cobrir os 57 bilhões de cruzeiros; que é a quanto montam as solicitações, não há dúvida que o faríamos. Mas, não temos condições. Nossa idéia é estudar uma forma para que outras instituições contribuam na mesma proporção da Caixa, de modo a se poder atender a maior número de solicitações.

O SR. MURILO PARAISO — Sr. Presidente, a última pergunta: a Caixa tem adotado um critério, uma norma, que me parece totalmente condenável. Daí a razão de levar o assunto à sua Diretoria.

Há processos já em tramitação, elaborados com base numa sistemática previamente definida, em que as partes interessadas analisam, dão balanço nas suas possibilidades de contrapartida e definem uma proposição em termos compatíveis com as condições iniciais. Todavia, os interessados nesses processos estão sendo surpreendidos por condições decorrentes de resoluções *a posteriori*. São estabelecidas, são fixadas novas regras do jogo no meio da partida, quando o trem já está a caminho, nos trilhos.

As empresas que propõem negociação com a Caixa ficam em situação muito incômoda, porque, simultaneamente, assumiram compromissos outros, e, de repente, se vêem a braços com soluções outras que não lhes permitem sejam cumpridas.

Peço à Diretoria me esclareça.

Realmente este fato ocorre, segundo informações que me foram dadas.

Sr. Presidente, como frisei de início, minha intenção é discutir, e não criticar.

Inclusive, entendo que a Caixa Econômica, através do FAS, realiza trabalho notável no Brasil.

Aproveitando a oportunidade, declaro que é preciso que a Diretoria da Caixa divise na preocupação de cada um que aqui se encontra o desejo de que haja possibilidade de imediata normalização, porque todos estamos no mesmo barco, desejando que o Brasil caminhe a passos largos para um desenvolvimento pleno, e a participação do FAS, neste trabalho, me parece das mais salutares.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Em primeiro lugar, devo dizer que acredito em V. Ex^a, tanto quanto espero acreditem em mim. No começo de minha explanação, declarei que não considerava a Caixa perfeita, admitia a existência de erros e era desejo nosso corrigir tais erros.

Sinceramente, não sei de nenhum caso desses. Se eles realmente existem, vamos examiná-los, e considerar o fato como realmente merecedor de correção.

V. Ex^a se referiu particularmente ao FAS.

O SR. MURILO PARAISO — Exatamente ao FAS.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Peço aos meus Assessores que anotem. É fato importante que pode surpreender, porque, quando se vai conceder um empréstimo, criam-se determinadas condições que serão preenchidas. Cria-se realmente uma expectativa. É preciso não se criar embaraços novos, porque poderia prejudicar.

Agradeço a colaboração de V. Ex^a, e pode estar certo de que examinaremos o assunto com a atenção que merece.

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — Parece-me, Senador Murilo Paraiso, que V. Ex^a se refere ao problema da integralização de capital, antes da primeira parcela para lidar a ação.

O SR. MURILO PARAISO — Não tanto assim, mas antes da primeira parcela.

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — Se o nobre Senador me fixar bem onde está o equívoco, iremos saná-lo.

O SR. MURILO PARAISO — Vejamos. Um empreendimento para o qual foi previsto um programa de desembolso — inclusive câflimo de expor. Nesse programa de desembolso figura, por exemplo, a dedução inicial de uma parcela que a entidade já é devedora à Caixa Econômica. Então, subentende-se que a Caixa automaticamente faria o desconto dessa parcela para zerar o débito. Segundo informações, a Caixa está exigindo, que antes o cliente recolha essa importância, quando me parece...

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — Deve ter havido um equívoco na informação prestada a V. Ex^a O único problema que surgiu é que, como existe a contrapartida, e ela gira em torno de 20 a 30% do empreendimento, necessitamos de comprovação de capacidade e liquidez da empresa social, para que se possa efetivamente cumprir o cronograma, que será feito com uma parcela da Caixa e uma parcela de contrapartida a cada desembolso. É necessário a comprovação de capacidade.

O SR. MURILO PARAISO — Mas na devida proporção.

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — Evidente. Nunca por antecipação.

O SR. MURILO PARAISO — Fui informado de que a exigência teria sido feita antes de qualquer desembolso.

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — Se fosse para pagar a própria Caixa, teríamos que fazer o desconto.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Peço ao Senador Murilo Paraiso que, se tiver conhecimento de algum caso específico, faça a gentileza de comunicar-me, porque tomarei providências imediatas.

O SR. MURILO PARAISO — Pois não. Com muita satisfação.

O SR. ROGÉRIO LUZ PINTO — A título de esclarecimento, adianto que a grande dificuldade com que se depara a CEF com o seu fluxo de caixa é, vamos dizer assim, um casamento quase perfeito com o cronograma do desembolso. Estamos baseados nos recursos da caderneta de poupança e pagamento à vista. Então, dependemos do comportamento estável do depósito, vez que as aplicações não são feitas a curto nem a médio prazo, e sim a longo prazo. Essa, a razão de o controle do comportamento do depósito com o com-

portamento da aplicação ser praticamente — e o é — dia a dia. Por conseguinte, não há um casamento de movimentação à vista de alguma coisa com aplicação a longo prazo.

Eis a grande dificuldade, que exige um controle, uma atenção muito grande por parte da Diretoria da Caixa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — Com a palavra o nobre Senador Gilvan Rocha.

O SR. GILVAN ROCHA — Sr. Presidente, serei breve, tendo em vista o adiantado da hora. Não obstante, permito-me pequeno resumo de alguma coisa que foi dita aqui.

Primeiro, não resta dúvida que a Caixa está, apesar dos eufemismos usados, com a sua Carteira Hipotecária e de Financiamento Habitacional fechada, mesmo porque foi declarado que só está manipulando processos antigos, fechada pelo menos, para processos novos. Foi dito também que esse fechamento tem origem na diminuição da captação de poupança, diminuição essa que, inclusive, surpreendeu a Caixa, apesar dos balanços verificadores de tendências diárias.

Foi demonstrado também que essa desculpa da Caixa Econômica colide com dados do balanço do Banco do Brasil, que assegura e assevera que a poupança nacional cresceu, no ano passado, 65,7%.

Tem-se que abrir um parêntese, para que se lembre que foi dito aqui também que a CEF é responsável por 50% dessa poupança.

Feito este preâmbulo, ênfato que essas operações não são consideradas atípicas: a operação do *shopping center*, a operação do placar, a operação do Forte de Copacabana e a do Campo do Botafogo, que tem um cláusula que, sinceramente, não conhecia a cláusula do arrendimento.

Não diria que houve desvios, evidentemente. Sou muito cioso de regimentos e regulamentos. Assim, pergunto se não houve um "desvio", do objetivo primacial da Caixa Econômica?

Leio os Estatutos da Caixa, Capítulo II, art. 4º, "Finalidades da Caixa Econômica", ou seja, dos objetivos:

Art. 4º Conceder empréstimos e financiamentos sob todas as formas autorizadas pela legislação em vigor, e cooperando, subsidiariamente, com as entidades de direito público e privado, na solução de *problemas de bem-estar social*. (O grifo é nosso)

Art. 5º No setor habitacional como sociedade de crédito imobiliário e principal agente do Banco Nacional da Habitação, com o objetivo de facilitar e promover a aquisição de casa própria, especialmente *pelos classes de menor renda de operação*. (O grifo é nosso)

E relembro o Presidente: crianças do porte da classe média gozando as delícias do Forte de Copacabana.

Vou mais adiante, sobre a Loteria Esportiva e o placar. Estatutos da Caixa Econômica.

"Os resultados da exploração da Loteria Federal e da Loteria Esportiva Federal que couberam à CEF" — se não me engano são 600 e tantos milhões — como executora desse serviço público, serão destinados ao fortalecimento do patrimônio da empresa, vedada a sua aplicação no custeio de despesas correntes."

Enquanto isso, confirma-se a história do placar, que foge completamente aos objetivos da Caixa.

Primeira pergunta: acha V. Ex^a que há ou não desvio do objetivo primordial da Caixa Econômica?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Não. Sobre a questão do Forte de Copacabana, sabe V. Ex^a que houve uma permuta de terrenos. Exatamente esses terrenos já adquiridos, serão utilizados para a construção de imóveis para pessoas de baixa renda.

O SR. GILVAN ROCHA — Em Copacabana? No Forte? De classes de menor renda, como diziam os Estatutos?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Houve a permuta.

O SR. GILVAN ROCHA — Na classe de menor renda da população?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Em Catumbi, inclusive na Cidade Nova, está sendo estimulada a criação de cooperativa, exatamente para a construção de imóveis. Acentuei esse fato.

O SR. GILVAN ROCHA — V. Ex^a acha que aquela torre de 40 andares, do shopping center, também é para classe de menor renda da população? Com uma garagem de 3 mil automóveis?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — V. Ex^a deve saber que a Caixa, para ter condições de financiar a classe menos favorecida, aplica, por outro lado, para compensar a sua remuneração.

O SR. GILVAN ROCHA — Não está nos Estatutos.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — A construção de lojas...

O SR. GILVAN ROCHA — Não está nos Estatutos.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — ... de salas para médicos, gabinetes dentários, salas para advogados, também não atende ao aspecto social? Pagando juros de 12% e correção monetária?

O SR. GILVAN ROCHA — Apenas estou dizendo que, homem acostumado a esse Estatuto, isso é uma violação total desse regulamento.

A Caixa Econômica não foi feita para negociar imóveis, sob a alegação de que vai ter lucro para aplicar em empreendimento para classe da população de menor renda. Se não me engano, quem faz tal negócio é banco particular, que não tem estatutos condicionando as suas aplicações às classes de menor renda.

Evidentemente, ao banco particular não se obriga isso. À Caixa Econômica, sim.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Que tem também por objetivo precípuo remunerar, preservar os efeitos inflacionários dos seus poupadores, pagando correção monetária de 6% de juros. Certamente ela possui um mecanismo para atender ao aspecto social da aplicação em determinadas faixas, como é o caso dos comerciais, para, em contrapartida, ter condições de subsidiar juros na faixa baixa.

Não há, e não conheço, outro sistema que pudesse propiciar à classe de menor renda, melhor remuneração. Ninguém tirou dinheiro do placar. A verba do placar eletrônico sai de verbas de promoção. Não é especificamente tirada da Loteria Esportiva.

O SR. GILVAN ROCHA — Se me permite, não foi isso que V. Ex^a declarou na sua exposição, e eu anotei: "devolvendo ao povo recursos da Loteria Esportiva". É textual.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Não, não é recurso da Loteria Esportiva. É dinheiro do povo, do próprio povo. Todo dinheiro que a Caixa tem é dinheiro do povo. Então, devolve esse dinheiro ao povo. Talvez não tenha sido feliz na forma de expressar. O pensamento que quis transmitir é que a Caixa Econômica habitualmente devolve recursos, lucros ao povo. Ela devolve ao povo.

O SR. GILVAN ROCHA — A diferença, Excelência, é que a Caixa Econômica tem Estatutos e é um órgão público, ou pelo menos um órgão de economia dirigido pelo Governo Federal...

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Sei mais do que ninguém.

O SR. GILVAN ROCHA — E, como coisa pública, tem que se ater aos seus Estatutos. Não adiantam eufemismos.

Pergunto, e insisto: V. Ex^a acha que a Caixa saiu ou não — nem digo da sua filosofia, porque isso é vago — da linha dos seus

Estatutos? É a pergunta, para a qual queria ouvir resposta clara de V. Ex^a

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Não acho. Temos verba de promoção. Dessa verba saem essas importâncias. Quis transmitir a seguinte idéia: a Caixa devolve parte de seus lucros, e o faz através de contribuições, para os objetivos de natureza cultural. Por exemplo, ela realiza a maratona escolar.

O SR. MURILO PARAISO — Sr. Presidente, dá licença?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Pois não.

O SR. MURILO PARAISO — A Caixa manuseia recursos do BNH. Esses recursos do BNH são manuseáveis de modo a estabelecer valores de juros e correção monetária subsidiados para as classes menos favorecidas, juros e correção monetária para as classes mais contempladas.

De modo que me parece que um simples manuseio, que é permitido à Caixa, como órgão de distribuição de recursos do BNH, lhe permite automaticamente inserir-se nessa sistemática fixada pelo BNH.

Apenas complementando a pergunta, indago...

O SR. GILVAN ROCHA — Sr. Presidente, estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — Aguardava que o Senador Murilo Paraíso concluísse suas considerações, para que S. Ex^a se quisesse voltar à tagaçoão, se inscrevesse no final da atual relação, porque a palavra se encontra com o Senador Gilvan Rocha.

O SR. MURILO PARAISO — Pois não, Sr. Presidente. Aguardo.

O SR. GILVAN ROCHA — Está anotado e dado como respondido que a Caixa não considera saída de suas finalidades construir shopping center com garagem para três mil e cem automóveis, etc., etc. Está anotado a resposta.

Vamos às outras perguntas.

O Presidente do Banco Central revelou que esse Banco adiantou cerca de um bilhão de cruzeiros, no início de janeiro, para utilização pela Caixa Econômica.

Por outro lado, o Presidente da Caixa Econômica admitiu também que a Caixa recorreu ao Fundo de Assistência de Liquidez do Banco Nacional da Habitação, num montante de 900 milhões de cruzeiros.

Pergunto: esse dinheiro se destina às operações atípicas ou típicas? A que se destina esse recurso?

O SR. GIL GOUVEA MACIEIRA — Esses recursos destinam-se às operações do FAS.

Sobre o problema do Fundo de Liquidez do Sistema do BNH, a situação é inversa. A Caixa possui, no dia de hoje, no FAL, recursos da ordem de 6 bilhões e 873, que, dentro da resolução do BNH, correspondem, no dia de hoje, a 7,2 sobre o seu saldo-depósito. E, a partir do dia 15, 7, 5 sobre o saldo-depósito.

O SR. GILVAN ROCHA — É dinheiro da própria Caixa.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Vê V. Ex^a que essa importância de novecentos milhões de cruzeiros é parcela insignificante diante do volume de dinheiro que se tem no BNH.

O SR. GILVAN ROCHA — Quer dizer que a Caixa não está emprestando, mas está pedindo emprestado. É óbvio.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Como pedindo empréstimo?

O SR. GILVAN ROCHA — Isso não é empréstimo, Excelência?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Esse é dinheiro da Caixa.

O SR. GILVAN ROCHA — Por falar em empréstimo, é verdade que a Caixa está ultimando empréstimo externo na Alemanha Ocidental?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Sim. Obtivemos prioridade para um empréstimo no exterior no valor de cem milhões de marcos. Vai corresponder, mais ou menos, a oitocentos milhões de cruzeiros. São recursos que permitirão à Caixa atender, com mais tranquilidade, quanto aos recursos de que poderá dispor durante o ano.

O SR. GILVAN ROCHA — V. S^a pode informar a carência e juros sobre esse empréstimo?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — São oito anos de prazo, dois anos de carência.

O SR. GILVAN ROCHA — E os juros?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Ainda está em negociação. Calculamos que os juros devam ser entre 6 e 7%.

O SR. GILVAN ROCHA — Outra pergunta: a operação com cláusula de arrependimento, feita para o caso do Campo do Botafogo, foi na gestão de V. S^a ou na gestão anterior?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Não me lembro bem da data, mas não foi na gestão atual.

A cláusula de arrependimento, se V. Ex^a me permite, é muito usual no mercado imobiliário.

O SR. GILVAN ROCHA — Apenas para aditar um pouco mais à pergunta: a Caixa não lucrou nada?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Não, Excelência. Não lucrou nem perdeu.

O SR. GILVAN ROCHA — V. S^a admite que o valor do terreno aumentou ou diminuiu nesse interregno do arrependimento?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Se a cláusula foi por 120 dias — e V. Ex^a sabe melhor do que eu, pois acompanha e está demonstrando conhecer bem o assunto — em 90 dias, hoje, qualquer imóvel valoriza, por causa da correção monetária.

O SR. GILVAN ROCHA — Então, V. S^a admite que a Caixa Econômica perdeu, pelo menos, a oportunidade de lucrar com essa transação.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Não perdeu a oportunidade, porque foi paga uma taxa de alocação durante o período, taxa essa que corresponderia a juros eventuais.

O SR. GILVAN ROCHA — A última pergunta: a Caixa Econômica admitiria, como admite agora, que o valor do imóvel cresceria durante esse período em que o comprador teria direito a se arrepender?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Claro.

O SR. GILVAN ROCHA — Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — Com a palavra o Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Presidente da Caixa Econômica, manifesto, como Senador, minha satisfação por ter a Diretoria da Caixa, com seu Presidente e a sua alta Direção, seu Estado-Maior, seu *brain trust*, atendido à nossa convocação, no grito da fumaça.

Sou parlamentar há muitos anos, mas não conheço uma entidade oficial que tenha atendido tão rapidamente, com tanta presteza, ao chamamento de uma Comissão do Senado ou da Câmara dos Deputados.

Como membro da Oposição, tenho apenas duas ou três perguntas para fazer à Direção da Caixa.

Ouvi, com atenção, a explanação do Sr. Presidente Ariovisto Almeida Rego, a qual — declaro — foi sincera, com dados objetivos. Isso é o que nos interessa — conhecimento dos informes, dos dados — para orientar o nosso procedimento no Senado.

Ouvi de S. Ex^a que as solicitações de habitação que estão no SFH são 3.621; no Serviço Hipotecário, 7.611, que perfazendo 11.232 unidades. Sei, por outro lado, que sendo um dos objetivos da política financeira da Caixa atender à solicitação, humana e fundamental, da classe pobre, que é a sua casa própria, sei que a Caixa recebeu de volta, só no Rio de Janeiro, entregues pelas classes menos favorecidas, quatro mil residências, e, no Brasil, dezesseis mil residências, que perfazem um total de vinte mil habitações no País.

Desejo saber se os meus dados estão certos ou se as informações não são fidedignas.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Suponho que se trate das casas adjudicadas.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Exatamente.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Posso dizer ao ilustre Senador que isto é uma preocupação terrível. Na Caixa Econômica existe uma mentalidade generalizada de não se tomar a casa de ninguém. Essa é a idéia que se implantou em cada um. De certo modo, a idéia de não se tomar casa torna a ação de cobrança menos eficaz. A Caixa é para dar casas, para proporcionar casas, e não para tomar casa de ninguém. Essa preocupação faz com que esmoreça, de um lado — é uma realidade —, e, de outro lado, existe uma preocupação, uma obrigação de a instituição receber recursos, para reaplicá-los. São dois fatores em conflito — o desejo de não tomar a casa e a necessidade de recuperar os recursos, para aplicá-los novamente. É um grande conflito que se estabelece, e nos causa enorme preocupação, como se pode imaginar. Considero um dos grandes problemas da Caixa. Não imaginava fosse focalizado aqui, e o foi muito bem.

Várias causas decorrem dessa situação. Uma, e devo dizê-la: a Caixa tem um privilégio, que as suas ações sejam movidas na Justiça Federal. Então, primeiramente temos certo esmorecimento na cobrança, vez que temos que estar insistindo para que ela se efetue. Quando ocorre inadimplência — e decorrem três, quatro meses, às vezes, na tentativa para um acordo, para uma composição — somos obrigados a recorrer à Justiça. É um problema. Se o imóvel não está na Capital, depende de precatórias, de uma complicação tremenda, e o tempo vai correndo. Quando essa casa chega a ser levada à praça, às vezes o saldo devedor se eleva a tal ponto que ela tem de ser adjudicada. Por conseguinte, somos obrigados, depois, a efetuar a venda.

Aí reside a complicação. A própria legislação, o que é justificável, procura assegurar a moralidade em todas as operações. Não podemos fazer venda direta. Então, somos obrigados à licitação. Vem a licitação com todas aquelas complicações, obrigando a esse acúmulo a que V. Ex^a está-se referindo.

Tenho feito um esforço enorme no sentido de ativar a cobrança, para evitar que os atrasos venham determinar a inadimplência acumulada. De outro lado, também tenho feito esforço muito grande para que essas casas sejam vendidas. Acontece que a Caixa é grande, é imensa, funciona em todo o Território Nacional.

Há uma enormidade de propostas. Na hora em que — e espero, com a proteção de Deus, possa fazê-lo agora, na segunda quinzena de maio — na hora em que se possa reabrir inteiramente as inscrições, vamos receber pedidos à granel. É uma torrente, é uma coisa extraordinária.

Se olharmos as 10 mil casas adjudicadas, se se fixar apenas nesses números, não o compararemos com o número extraordinário de casas financiadas pela Caixa Econômica no Brasil todo, veremos que o número não é tão grande.

Ainda assim, folguei que V. Ex^a tivesse tocado neste assunto e manifestado sua preocupação. Posso garantir a V. Ex^a que esta é

preocupação imensa de minha parte e da parte dos Diretores responsáveis pela área.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Muito grato.

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — Evidentemente estou preocupado com a inadimplência. Apesar da nossa excessiva preocupação em recuperar essas casas, vou anunciar o número. Como já falei para o Senador Roberto Saturnino Braga, com o valor aplicado de 106 milhões atendemos cerca de 300 mil financiamentos, no valor médio de 474 mil cruzeiros. Se considerássemos que cada financiamento destina-se à uma família de cinco pessoas, teríamos construído uma cidade maior do que Recife, ou seja, de 1,5 milhão de habitantes.

Até hoje, a Caixa, como empresa pública, tem aplicado 106 bilhões de cruzeiros na área de habitação e hipoteca. Atende a cerca de 300 mil famílias, 300 mil financiados. A Caixa, como empresa pública, construiu uma cidade de 1,5 milhão de habitantes.

A preocupação de V. Ex^a sobre a inadimplência também é nossa. No entanto, essa inadimplência é inexpressiva, porque não representa mais do que 5,5%.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Ainda assim, é uma preocupação. Realmente é uma questão importante.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Presidente Ariovisto Almeida Rego, V. Ex^a afirmou que a contribuição da Caixa aos vários Ministérios monta a 1.825 milhões de cruzeiros, do bolo da Loteria Esportiva.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Não. Não é bem isto. Estou-me reportando a este ano. Neste ano, o volume de recursos é de 6 bilhões. Destes, um bilhão de cruzeiros é contribuição da Caixa. A Caixa, por lei complementar, ficou isenta do pagamento de imposto sobre a Renda. Calculamos esse valor que eríamos que pagar se não fôssemos isentos. Calculemos seja um bilhão de cruzeiros. A Caixa, então, destina esse valor ao FAS. Como o Governo Federal mantém depósito na Caixa, não é um volume constante, calculamos sobre o saldo médio. Estimamos um saldo médio para este ano e assim, calculamos como se fosse dinheiro pago a juros, como se o tivéssemos, mas não o temos, porque é dinheiro à vista, sem juros. Isso daria um valor de 770 milhões de cruzeiros, que também canalizamos para o FAS. Então, já aí temos 1.770 milhões.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Presidente Ariovisto Almeida Rego, um instante. Peça dado da Caixa, para orientar a apresentação de projeto meu para caso de aposentadoria.

Qual o montante que a Caixa, através da Loteria Esportiva, dá do INPS? Se me pudesse fornecer este dado, agradeceria.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Posso mandar, pois não o tenho aqui.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Tem crescido ou diminuído esse montante?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Pretendo trazer elementos que me pudesse possibilitar responder perguntas que imaginei que seriam feitas. Não poderia trazer tantos papéis para responder a tudo. Darei resposta a qualquer pergunta que seja formulada, senão imediatamente, depois mandarei. Ademais, estou à disposição de todos.

O SR. DIRCEU CARDOSO — E V. Ex^a o demonstrou, vindo rapidamente.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Um simples telefonema para o meu gabinete ou com o comparecimento de V. Ex^a, que será para mim grande honra, podem estar certos de que colocaremos tudo à disposição, de modo a facilitar qualquer coisa que pretendem fazer. E se conseguirem resolver nossos problemas, como ficaria agradecido, não apenas como administrador, mas

como antigo funcionário da Caixa, da Caixa que — eu disse — é minha.

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — Senador Dirceu Cardoso, essas transferências, a que V. Ex^a se refere, quer-me parecer sejam recursos não-restituíveis, tratados na Lei nº 6.168. O FAS tem recursos a Fundo Perdido, no caso transferidos, por determinação do CDE, e na proporção determinada, através do Senhor Presidente da República, aos Ministérios da Educação e Cultura, da Saúde e da Previdência e Assistência Social. Os recursos de financiamento — aplicação, são esses que foram dados aqui. Atingimos esses valores expressivos que foram também fornecidos a V. Ex^{as}.

O SR. DIRCEU CARDOSO — E a Previdência?

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — Não tenho o dobroramento da Previdência, mas, no exercício de 1976, representou 984 milhões de cruzeiros. Diga-se de passagem, a previsão era de 837 milhões de cruzeiros. Em 1977, a previsão era de 1.088 milhões, e o realizado foi 1.451 milhões. Para o presente exercício a previsão é de 1.325 milhões. Esses recursos são encaminhados aos Ministérios e através de exposição de motivos apresentada pelo CDE, é feita a destinação. Só para rememorar: uma parte desses recursos, no ano anterior, foi destinada ao Programa Nacional de Alimentação e Nutrição — PRONAN.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Qualquer outro dado que V. Ex^a precise, o peça, e será prontamente atendido.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Agradeço as informações, que me foram altamente valiosas. Muito grato a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — Concedo a palavra ao nobre Senador Evelásio Vieira.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Para que área ou áreas da Caixa Econômica serão destinados os recursos desse empréstimo que está sendo negociado com o banco da Alemanha?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Para o FAS.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Qual o custo máximo do dinheiro do FAS para qualquer aplicação?

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — As aplicações variam de faixa.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — O limite máximo.

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — O limite máximo é correção monetária mais 6%, e vai variando em cinco faixas.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Estou satisfeito.

Para possibilitar o crescimento das exportações, o Governo Federal vem praticando, constantemente, minidesvalorização do cruzeiro em relação ao dólar. Por seu turno, o dólar vem sofrendo, constantemente, desvalorizações em relação a moedas como o marco.

Vamos ter condições de cobrir essa grande defasagem com esse empréstimo alemão para a área do FAS?

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Os valores não são apenas constituídos por aqueles sobrecarregados encargos. São também constituídos de valores a Fundo Perdido, que não têm nenhum comprometimento. Então, a média de responsabilidade dos ônus sobre esses valores cai consideravelmente, devido ao volume maior ser exatamente a Fundo Perdido.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Entende a Caixa que ainda assim é recomendável, esse empréstimo alemão, com toda a desvalorização da nossa moeda? — Se V. Ex^a permite, lembro ao nobre Senador as origens dos recursos da FAS. Temos 2/3 da composição de recursos a custos normais, que, para a Caixa, significa correção a 6%.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — A preocupação foi que se obrigasse a aumentar, a elevar consideravelmente o ônus sobre o financiado.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Perfeito.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Acredito que não, porque a média não será tão elevada, devido aos recursos injetados sem qualquer ônus.

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — São os chamados recursos frios, que compõem 1/3 dos recursos do FAS. Permitiu-nos estabelecer os percentuais. Temos o equilíbrio na faixa três, ou a faixa de 60%, e mais 6% de juros. Desta forma, está absolutamente equilibrada, em função dessas fontes de recursos próprios.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Fica perfeitamente definida a reformulação que pretendemos sugerir, porque, é claro, não nos compete. Encaminharemos ao Ministério da Fazenda. Acredito que esses assuntos estejam para ser resolvidos.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Palmas para o FAS, que drena recursos para hospitais, para escolas.

Indago: o FAS tem drenado recursos para construção de estádios de futebol?

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — Entre as prioridades do FAS, nobre Senador, temos a área de educação, de saúde, de lazer, e neste último item se inclui o estádio de futebol.

Foram inexpressivos os recursos aplicados em estádios de futebol, porque, na realidade, a massa de nossos recursos são aplicados no binômio educação-saúde. É assim que se consegue chegar a estes números — convém lembrar outra vez — de 31 423 novos leitos, que significa elevação percentual, por 1.000 habitantes, de 3,4, quando se iniciou o FAS, para 4,5 atualmente — muito aquém, ainda, das nossas necessidades — através de seis mil enfermarias; matrículas novas no 1º Grau, 1.858.000; no 2º Grau, 176 mil; no Superior, 190 mil. Santa Catarina, o Estado de V. Exª, tem tido apoio incondicional do FAS, notadamente na profissionalização. Através da Federação das Indústrias, do SESC e do SENAI, temos investido bastante nessa Unidade. Em termos de Brasil, montam 44.628 novas oportunidades.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — O Governo de Santa Catarina foi contemplado com 100 milhões dos recursos do FAS, para a construção de um estádio de futebol.

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — V. Exª me permite? Não foi estádio de futebol, e sim estádio de esportes.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — É estádio para futebol.

Indago: é prioridade, no mesmo nível, construir estádio de futebol em relação a escolas, a hospitais, quando há carência enorme desses dois últimos itens, e o titular da Caixa Econômica a eles deu ênfase?

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — Nobre Senador, V. Exª conhece bem — e os citou — os números de Santa Catarina.

Efetivamente, tivemos um financiamento deferido da ordem de 100 milhões, com saque parcelado. Só um dos financiamentos para o Governo de Santa Catarina, que me lembre de memória, foi da ordem de 425 milhões de cruzeiros, na área de educação. Temos 98 milhões de saúde; 67 milhões para um hospital na própria cidade de Florianópolis.

Na área da saúde, criamos em Santa Catarina 64 novas enfermarias e 834 leitos. Na área de educação, temos investido em Santa Catarina 620 milhões — 425 milhões do Governo e 195 na área privada.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Com quanto foi contemplado o Estado do Piauí?

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — Já estava esperando esta pergunta, nobre Senador.

O Estado do Piauí tem 540 matrículas no 1º Grau, com 306 mil cruzeiros. Foi o Estado pouco aquinhoado, porque pediu pouco. To-

dos os outros Estados da Federação foram bem aquinhoados na área de educação.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Depende das pressões.

O SR. GIL GOUVÊA MACIEIRA — Não se trata de pressão, nobre Senador, trata-se de solicitação. É bem diferente. V. Exª sabe disso melhor que eu.

Na área da saúde, o Piauí recebeu 150 novos leitos. Na Região do Nordeste temos aplicado 1 bilhão 191 milhões, o que significa 1.118 enfermarias e 5.920 leitos.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Formularei a última pergunta, sobre política habitacional.

O déficit para as classes "C" e "D" continua crescendo. A Caixa Econômica tem *Know-how* espetacular nessa área. Indago: como preconizariam uma política habitacional para abrandamento do déficit nessas áreas "C" e "D"?

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — Nobre Senador, não sabemos o que a Caixa Econômica fez até hoje em termos de solução habitacional.

Desde que assumimos essa Carteira, nossa preocupação foi no sentido de canalizar nossos recursos exatamente para a área que V. Exª preconiza. Estamos hoje de braços dados, de mãos dadas com o BNH na execução de programas cooperativos. Já ultrapassamos, através de várias cooperativas, no Brasil inteiro, 7 mil unidades financiadas. Ainda mais, nobre Senador, nós, que vínhamos aqui vindo — e a Caixa Econômica sempre trabalhou no sentido de encontrar a solução habitacional para a classe média — a partir da nossa gestão estamos induzindo, não só o ex como o atual Presidente, a dar um passo mais à frente, para atingir a última classe, aquela que vai até cinco salários mínimos. Estaremos lançando em todo Território Nacional, a partir de um Município que nomearemos em São Paulo, a casa econômica. Não queremos apontar erro na solução adotada pelas COHABs. Acreditamos também conceder financiamento à pessoa física, àquele que postular diretamente à agência nos sa um financiamento, que vai variar de 40 a 80 mil cruzeiros, ou seja até 350 UPCs. Assim, em vez de darmos um financiamento de 3.500 UPCs., que é o maior financiamento, aquinhoamos dez pessoas.

Gostaria de ler esse programa, para conhecimento de V. Exªs um programa novo, que está sendo estudado na minha área e acredito — de grande alcance social.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — Dado o avançado da hora, pois são mais de 14 horas e daqui a pouco começará a reunião do Plenário, esta Presidência sugere que V.Sª nos forneça cópia desse documento.

O SR. LÉO LYNCE DE ARAÚJO — Sr. Presidente Srs. Congressistas, estamos preocupados — como igualmente V. Exªs estão — em atender exatamente as faixas "C" e "D".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — Concedo a palavra ao Deputado José Maurício.

O SR. JOSÉ MAURÍCIO — Nobre Senador Marcos Freire cujo espírito liberal, naturalmente, me permite, neste momento, fazer um elenco de indagações, bem sei do idealismo de Ariovisto Marcos de Almeida Rego. Conheço-o de larga data. Sei também que a atuação que desfruta a Caixa Econômica no contexto nacional, na hora presente, ela o deve ao espírito de entusiasmo do economista brasileiro que Ariovisto Marcos de Almeida Rego encarna com muita propriedade. Sei da sua lisura, das suas intenções.

Sr. Presidente, dada a circunstância de ser economista, com meu contrato de trabalho rompido com a empresa, e paralisado dos meus deveres, nas duas circunstâncias tenho elaborado um tanto avantajado de indagações a fazer aos eminentes líderes retores da Caixa Econômica, aqui capitaneados por Ariovisto Marcos de Almeida Rego. Não sei se tomaria tempo demasiado, dado

adiantado da hora. Sou, talvez, o único deputado que aqui compareceu e, por liberdade de V. Ex^a, esteja a promover indagações.

Por isso, pergunto: estamos às 14 horas e 15 minutos. Haveria possibilidade de formular essas indagações? Não causaria danos à eminente Mesa e aos eminentes Diretores? Faço esta consulta dentro do espírito de educação e correção que domina nossos atos.

Sabia, não constitui surpresa, da presença da Direção da Caixa Econômica nesta Comissão, o que, de resto, não ocorre com outros setores do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — A Presidência esclarece que a presença de deputados federais na nossa reunião foi motivo de muita honra para todos nós. E, atendendo à solicitação muito especial do Deputado José Maurício, foi-lhe facultada a palavra, malgrado o adiantado da hora.

Tendo em vista a boa vontade demonstrada pelos Dirigentes da Caixa Econômica e o avantajado das sugestões a serem levantadas pelo Deputado José Maurício, solicito que S. Ex^a forneça por escrito essas indagações. Estou certo de que os Dirigentes da Caixa Econômica não terão nenhum constrangimento em esclarecer devidamente tais indagações, mesmo porque temos que estar presentes à sessão plenária. V. Ex^a encaminharia diretamente ao Presidente da Caixa Econômica as suas indagações. Tenho certeza de que S. Ex^a, em termos pessoais, informais, não se recusará a prestar os esclarecimentos devidos.

Por conseguinte, a concessão da palavra ao Deputado José Maurício fica como uma deferência, uma homenagem que prestamos à Câmara dos Deputados, cuja presença do seu integrante nos foi tão honrosa.

O SR. JOSÉ MAURÍCIO — Sr. Presidente, não seria surpresa se reiterasse, aqui, a lhanza de seu trato e agradeço, em nome da Câmara dos Deputados, mais esta demonstração democrática, que é característica de V. Ex^a

Indago, então, ao eminente Presidente da Caixa Econômica Ariovisto Marcos de Almeida Rego e aos demais Diretores se posso fazer esse elenco de indagações que — devo dizer — ultrapassa vinte perguntas. Não gostaria de criar constrangimentos e passar a tarde toda aqui promovendo indagações, ante o adiantado da hora.

O SR. ARIOVISTO MARCOS DE ALMEIDA REGO — Sr. Presidente Marcos Freire, fui Presidente da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio de Janeiro e ali tive a honra de ter como meu funcionário o ilustre Deputado José Maurício. Por fatos que desde então ocorreram, pudemo-nos aproximar e nos tornamos amigos.

S. Ex^a sabe, pois me conhece bem, que não fez favor nenhum em acentuar a minha probidade pessoal. S. Ex^a sabe que sou incapaz de um ato, por mais insignificante que seja, fora daquele sentimento de honradez pessoal, de dignidade e de lisura. Por isso, nada tenho que agradecer a S. Ex^a porque apenas me fez justiça neste particular.

Relativamente ao que o nobre deputado pretende, ele sabe que sempre teve as portas do meu gabinete abertas. Será sempre recebido como amigo, e todas as perguntas que formular serão respondidas, como as de qualquer outro parlamentar. Não sou político, diga-se de passagem. Não tenho nada a ver com política. Meu problema é cumprir a minha obrigação como administrador. Não tenho, absolutamente, nenhuma preocupação com partido político. Qualquer que seja o parlamentar que compareça à Caixa, no meu gabinete, e me procure, será atendido da mesma forma, com a maior boa vontade, com a maior lisura e receberá todas as informações que solicitar. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Freire) — A Presidência da Comissão de Economia ressalta, uma vez mais, a presteza com que os Dirigentes da Caixa Econômica Federal, em especial seu Presidente, atenderam nosso convite de comparecer a esta Comissão.

Agradecemos a maneira atenciosa com que procuraram responder a todas as perguntas. Apresentamos nossos agradecimentos aos Drs. Léo Lynce de Araújo, Gil Gouvêa Macieira e Rogério Luz Coelho, em especial ao Dr. Ariovisto Marcos de Almeida Rego, que demonstrou ser um homem desarmado de prevenções. A Instituição que dirige tem sido alvo de tantas críticas, e S. Ex^a aqui chegou de maneira cavalheiresca para se colocar à nossa disposição.

A Comissão de Economia julga que exerceu o seu direito e o seu dever em convidar S. Ex^a para nos prestar os esclarecimentos devidos.

Também facultamos — acreditamos — o direito e proporcionamos à Caixa a oportunidade de cumprir o dever de nos prestar os esclarecimentos solicitados. Esta seria — entendemos — orientação muito salutar, se todos os homens públicos do Brasil adotassem a orientação do Dr. Ariovisto Marcos de Almeida Rego. (Muito bem!)

Portanto, esta Presidência se congratula com S. Ex^a, agradece a presença dos Srs. Senadores e Deputados e, igualmente, da Imprensa que aqui se fez presente e sem a qual não teríamos a ressonância necessária para as atividades parlamentares.

A todos, pois, inclusive ao funcionalismo da Casa, os nossos agradecimentos. (Pausa.)

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 20 minutos.)

MESA

Presidente:
Petrônio Portella (ARENA — PI)

1º-Vice-Presidente:
José Lindoso (ARENA — AM)

2º-Vice-Presidente:
Amaral Peixoto (MDB — RJ)

1º-Secretário:
Mendes Canale (ARENA — MT)

2º-Secretário:
Mauro Benevides (MDB — CE)

3º-Secretário:
Henrique de La Rocque (ARENA — MA)

4º-Secretário:
Renato Franco (ARENA — PA)

Suplentes de Secretário:

Altevir Leal (ARENA — AC)
Evandro Carreira (MDB — AM)
Otair Becker (ARENA — SC)
Braga Junior (ARENA — AM)

LIDERANÇA DA ARENA
E DA MAIORIA

Líder
Eurico Rezende
Vice-Líderes
Heitor Dias
Helvidio Nunes
Jarbas Passarinho
José Sarney
Osires Teixeira
Otto Lehmann
Saldanha Derzi
Virgílio Távora

LIDERANÇA DO MDB
E DA MINORIA

Líder
Paulo Brossard
Vice-Líderes
Evelásio Vieira
Gilvan Rocha
Itamar Franco
Leite Chaves
Marcos Freire
Roberto Saturnino

COMISSÕES

Diretor: José Soares de Oliveira Filho
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 23-6244 e 23-8505 — Ramais 193 e 237

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 23-8505 — Ramais 301 e 313

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Agenor Maria
Vice-Presidente: Otair Becker

Titulares	ARENA	Suplentes
1. Otair Becker		1. Dinarte Mariz
2. Benedito Ferreira		2. Saldanha Derzi
3. Itálvio Coelho		3. Vilela de Magalhães
4. Murilo Paraíso		
5. Vasconcelos Torres		
	MDB	
1. Agenor Maria		1. Adalberto Sena
2. Roberto Saturnino		2. Evelásio Vieira

Assistente: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramais 301 e 313
Reuniões: Terças-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dinarte Mariz
Vice-Presidente: Evandro Carreira

Titulares	ARENA	Suplentes
1. Heitor Dias		1. Saldanha Derzi
2. Jarbas Passarinho		2. José Sarney
3. Dinarte Mariz		3. Otair Becker
4. Teotônio Vilela		
5. Braga Junior		
	MDB	
1. Agenor Maria		1. Evelásio Vieira
2. Evandro Carreira		2. Gilvan Rocha

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
1º-Vice-Presidente: Accioly Filho
2º-Vice-Presidente: Leite Chaves

Titulares	ARENA	Suplentes
1. Accioly Filho		1. Vilela de Magalhães
2. Gustavo Capanema		2. Lenoir Vargas
3. Daniel Krieger		3. Arnon de Mello
4. Eurico Rezende		4. Vasconcelos Torres
5. Heitor Dias		5. Milton Cabral
6. Helvidio Nunes		6. José Sarney
7. Wilson Gonçalves		
8. Itálvio Coelho		
9. Otto Lehmann		
10. Osires Teixeira		
	MDB	
1. Dirceu Cardoso		1. Franco Montoro
2. Leite Chaves		2. Lazaro Barboza
3. Nelson Carneiro		3. Cunha Lima
4. Paulo Brossard		
5. Orestes Quéricia		

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Itamar Franco

Titulares		Suplentes
	ARENA	
1. Heitor Dias		1. Augusto Franco
2. Murilo Paraiso		2. José Sarney
3. Cattete Pinheiro		3. Braga Junior
4. Osires Teixeira		4. Altevir Leal
5. Saldanha Derzi		5. Luiz Cavalcante
6. Wilson Gonçalves		
7. Virgílio Távora		
8. Alexandre Costa		
	MDB	
1. Itamar Franco		1. Evandro Caszaira
2. Lazaro Barboza		2. Nelson Carneiro
3. Adalberto Sena		

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Marcos Freire

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

Titulares		Suplentes
	ARENA	
1. Milton Cabral		1. Cattete Pinheiro
2. Arnon de Mello		2. Augusto Franco
3. José Guimard		3. José Sarney
4. Luiz Cavalcante		4. Heitor Dias
5. Murilo Paraiso		5. Jarbas Passarinho
6. Vasconcelos Torres		
7. Dinarte Mariz		
8. Otair Becker		
	MDB	
1. Franco Montoro		1. Agenor Maria
2. Marcos Freire		2. Orestes Quércio
3. Roberto Saturnino		

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon

Vice-Presidente: Evelásio Vieira

Titulares		Suplentes
	ARENA	
1. Tarso Dutra		1. Helvídio Nunes
2. Gustavo Capanema		2. Ruy Santos
3. João Calmon		3. Arnon de Mello
4. Otto Lehmann		4. Heitor Dias
5. Jarbas Passarinho		
6. Cattete Pinheiro		
	MDB	
1. Evelásio Vieira		1. Franco Montoro
2. Itamar Franco		2. Benjamim Farah
3. Adalberto Sena		

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clávis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Saldanha Derzi

Titulares		Suplentes
	ARENA	
1. Teotônio Vilela		1. Cattete Pinheiro
2. Alexandre Costa		2. Heitor Dias
3. Wilson Gonçalves		3. Lourival Baptista
4. Saldanha Derzi		4. Daniel Krieger
5. Helvídio Nunes		5. José Guimard
6. Lenoir Vargas		6. José Sarney
7. Vilela de Magalhães		7. Otair Becker
8. Ruy Santos		
9. Braga Junior		
10. Tarso Dutra		
11. Virgílio Távora		
12. Magalhães Pinto		
	MDB	
1. Franco Montoro		1. Hugo Ramos
2. Evelásio Vieira		2. Dirceu Cardoso
3. Gilvan Rôtha		3. Evandro Carreira
4. Roberto Saturnino		
5. Cunha Lima		

Assistente: Cândido Hippert — Ramal 676

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Clávis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(9 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: **Jesé Freire**Vice-Presidente: **Orestes Quéricia**

Titulares		Suplentes
	ARENA	
1. Jesé Freire		1. Braga Junior
2. Ruy Santos		2. Virgílio Távora
3. Lenair Vargas		3. Osires Teixeira
4. Jarbas Passarinho		4. Cattete Pinheiro
5. Lourival Baptista		
6. Accioly Filho		
	MDB	
1. Franco Montoro		1. Lázaro Barboza
2. Orestes Quéricia		2. Cunha Lima
3. Nelson Carneiro		

Assistente: **Lêda Ferreira da Rôcha** — Ramal 312Reuniões: **Quintas-feiras, às 11:00 horas**Local: **Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623****COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)**

(7 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: **Jarbas Passarinho**Vice-Presidente: **Luiz Cavalcante**

Titulares		Suplentes
	ARENA	
1. Milton Cabral		1. José Guimard
2. Vilela de Magalhães		2. Murilo Paraisa
3. Arnon de Mello		3. Virgílio Távora
4. Luiz Cavalcante		
5. Jarbas Passarinho		
	MDB	
1. Dirceu Cardoso		1. Gilvan Rocha
2. Itamar Franco		2. Franco Montoro

Assistente: **Ronaldo Pacheco de Oliveira** — Ramal 306Reuniões: **Quartas-feiras, às 10:00 horas**Local: **Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716****COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)**

(5 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: **Adalberto Sena**Vice-Presidente: **Helvídio Nunes**

Titulares		Suplentes
	ARENA	
1. Helvídio Nunes		1. Virgílio Távora
2. Otto Lehmann		2. Arnon de Mello
3. Saldanha Derzi		3. Jarbas Passarinho
	MDB	
1. Hugo Ramos		1. Dirceu Cardoso
2. Adalberto Sena		

Assistente: **Maria Carmen Castro Souza** — Ramal 134Reuniões: **Quintas-feiras, às 12:00 horas**Local: **Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623****COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)**

(15 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: **Magalhães Pinto**1º-Vice-Presidente: **Saldanha Derzi**2º-Vice-Presidente: **Nelson Carneiro**

Titulares		Suplentes
	ARENA	
1. Magalhães Pinto		1. Accioly Filho
2. Alexandre Costa		2. Fausto Castelo-Branco
3. Virgílio Távora		3. Helvídio Nunes
4. Jesé Freire		4. Heitor Dias
5. Arnon de Mello		5. Jarbas Passarinho
6. Saldanha Derzi		6. Luiz Cavalcante
7. José Sarney		
8. João Calmon		
9. Augusto Franco		
10. Otto Lehmann		
	MDB	
1. Paulo Brossard		1. Marcos Freire
2. Gilvan Rocha		2. Hugo Ramos
3. Itamar Franco		3. Roberto Saturnino
4. Leite Chaves		
5. Nelson Carneiro		

Assistente: **Cândido Hippert** — Ramal 676Reuniões: **Terças-feiras, às 10:30 horas**Local: **Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716****COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)**

(7 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: **Ruy Santos**Vice-Presidente: **Altevir Leal**

Titulares		Suplentes
	ARENA	
1. Altevir Leal		1. Saldanha Derzi
2. Ruy Santos		2. Itálvio Coelho
3. Cattete Pinheiro		3. Osires Teixeira
4. Fausto Castelo-Branco		
5. Lourival Baptista		
	MDB	
1. Adalberto Sena		1. Benjamim Farah
2. Gilvan Rocha		2. Cunha Lima

Assistente: **Lêda Ferreira da Rôcha** — Ramal 312Reuniões: **Quintas-feiras, às 11:00 horas**Local: **Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716**

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Cabral
Vice-Presidente: Augusto Franco

Titulares

1. José Guimard
2. Vasconcelos Torres
3. Virgílio Távora
4. Augusto Franco
5. Milton Cabral

ARENA

Suplentes

1. Alexandre Costa
2. Braga Junior
3. Dinarte Mariz

MDB

1. Adalberto Sena
2. Benjamim Farah

1. Agenor Maria
2. Dirceu Cardoso

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas
Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benjamim Farah
Vice-Presidente: Lenoir Vargas

Titulares

1. Lenoir Vargas
2. Accioly Filho
3. Augusto Franco
4. Heitor Dias
5. Saldanha Derzi

ARENA

Suplentes

1. Alexandre Costa
2. Gustavo Capanema
3. Vilela de Magalhães

MDB

1. Benjamim Farah
2. Hugo Ramos

1. Adalberto Sena
2. Lázaro Barboza

Assistentes: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307
Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas
Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Lourival Baptista
Vice-Presidente: Alexandre Costa

Titulares

1. Alexandre Costa
2. Luiz Cavalcante
3. Braga Junior
4. Lourival Baptista
5. Vilela de Magalhães

ARENA

Suplentes.

1. Otto Lehmann
2. Teotônio Vilela
3. Wilson Gonçalves

MDB

1. Evandro Carreira
2. Evelásio Vieira

1. Lázaro Barboza
2. Roberto Saturnino

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Comissões Temporárias

Chefe: Ruth de Souza Castro
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 25-8505 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional
- 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito, e
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674;
Alfeu de Oliveira — Ramal 674; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598;
Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL PARA O ANO DE 1978

HORAS	TERÇA	S A L A S	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	S A L A S	ASSISTENTE
10:00	C.T.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO	09:00	C.F.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CÂNDIDO
	C.A.R.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	GUILHERME	09:30	C.S.P.C.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	SÔNIA
10:30	C.A.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CLÁUDIO COSTA	10:00	C.E.C.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	SÔNIA
	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	CÂNDIDO		C.D.F.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO
09:00	QUINTA	S A L A S	ASSISTENTE	11:00	C.L.S.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	LÊDA
	C.E.N.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	LÊDA		C.S.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	LÊDA
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	DANIEL	12:00	C.R.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA CARMEM
	C.M.E.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO				
10:30	C.F.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	DANIEL				

PROCESSO LEGISLATIVO

Conceito, iniciativa e tramitação
das normas legais de diversas hierarquias, de acordo com os
preceitos constitucionais e regimentais.

2ª EDIÇÃO: JUNHO DE 1976

PREÇO:
Cr\$ 15,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 1,00